Tatiane Moreira Lima

**Perfil e a distribuição espacial das mulheres que tiveram
processos na vara de violência doméstica e familiar contra a
mulher da região oeste de São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade
de Medicina da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências

Programa de Medicina Preventiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Pires
Lucas d'Oliveira

São Paulo

2018

Tatiane Moreira Lima

**Perfil e a distribuição espacial das mulheres que tiveram
processos na vara de violência doméstica e familiar contra a
mulher da região oeste de São Paulo**

Dissertação apresentada à Faculdade
de Medicina da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências

Programa de Medicina Preventiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Pires
Lucas d'Oliveira

São Paulo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Lima, Tatiane Moreira

Perfil e a distribuição espacial das mulheres que
tiveram processos na vara de violência doméstica e
familiar contra a mulher da região oeste de São
Paulo / Tatiane Moreira Lima. -- São Paulo, 2018.

Dissertação (mestrado) -- Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.

Programa de Medicina Preventiva.

Orientadora: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira.

Descritores: 1.Violência doméstica 2.Mapeamento
geográfico 3.Pesquisa sobre serviços de saúde
4.Assistência à saúde 5.Epidemiologia 6.Pesquisa
interdisciplinar

USP/FM/DBD-342/18

Responsável: Eidi Raquel Franco Abdalla - CRB-8/4901

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que buscam conhecer e entender melhor o fenômeno da violência que acomete as mulheres, sem julgá-las, discriminá-las, silenciá-las ou desqualifica-las.

AGRADECIMENTOS

À Ana Flavia Lucas D'Oliveira, minha orientadora, mentora e amiga, que foi meu norte em toda essa jornada e, com sua doçura e humildade, ajudou-me a conhecer mais o universo das mulheres em situação de violência, sob outra perspectiva, tirando-me da zona de conforto e me desafiando ao longo desses anos de estudo.

À Stephanie Pereira, co-pesquisadora e amiga, que me ajudou a desbravar esse universo desconhecido chamado pesquisa.

À Miriam Regina de Souza e Beatriz Helena de Souza Atti que fizeram acontecer gráficos, mapas e estatísticas.

Ao Andrei Rocha de Carvalho, assistente e amigo, teve a paciência de reler diversas vezes esse trabalho.

À minha família e amigos, em especial meu marido Yuri Giuseppe Castiglione, filhos Sofia Moreira Lima Castiglione e Lorenzo Giuseppe Castiglione, por compreenderem minhas ausências e momentos de quase loucura durante esse processo.

NORMAS

Esta tese está de acordo com as seguintes normas, em vigor no momento desta publicação:

Referências: adaptado de *International Committee of Medical Journals Editors* (Vancouver)

Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Divisão de Biblioteca e Documentação. *Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias*. Elaborado por Anneliese Carneiro da Cunha, Maria Julia de A.L. Fredi, Maria F. Crestana, Marinalva de Souza Aragão, Suely Campos Cardoso, Valeria Vilhena. 3ª edição. São Paulo: Divisão de Biblioteca e Documentação; 2011.

Abreviatura dos títulos de periódicos de acordo com o *List of Journals Indexed in Index Medicus*.

Sumário

Resumo	
Abstract	
Apresentação	
1 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	01
1.1 Breves considerações sobre gênero	01
1.2 Gênero e interseccionalidade	06
1.3 Gênero e violência	07
1.4 Modelo ecológico de gênero	11
2 O ACESSO À JUSTIÇA E A LEI MARIA DA PENHA	14
2.1 Princípio do acesso à justiça sob o enfoque do direito	14
2.2 Direitos humanos das mulheres	16
2.3 Proteção integral às mulheres : microssistema da lei maria da penha.....	19
2.3.1 Aspectos de natureza penal e cível	21
2.3.2 Aspectos de proteção e prevenção	25
2.3.2.1 Medidas Protetivas	25
2.3.2.2 Rede de atendimento	31
2.3.2.3 Atendimento do autor de violencia	36
2.4 Obstáculos para a mulher em situação de violência acessar o sistema de justiça	40
2.4.1 Reconhecimento da violência pela própria mulher	40
2.4.2 Romper o silêncio e decidir comunicar a violência sofrida para as autoridades policiais	42
2.4.3 Produção de indícios de autoria e materialidade na fase do inquérito policial	49
2.4.4 Oferecimento e recebimento da denúncia ou queixa-crime	51
2.4.5 Ratificação do recebimento da denúncia ou queixa e prosseguimento do processo	51
3 OBJETIVOS	54
3.1 Objetivos Gerais	54
3.2 Objetivos Específicos.....	54

4 METODOLOGIA	55
4.1 Tipo de estudo	55
4.2 População	56
4.3 Região de Estudo	56
4.4 Coleta dos dados	58
4.4.1 Dados dos processos judiciais	58
4.4.2 Dados sócio econômicos do território	60
4.4.3 Dados da rede especializada	60
4.4.4 SIVVA	61
4.5 Análise dos dados	62
4.6 Questões éticas	63
5 RESULTADOS	65
5.1 Resultados referentes ao território e aos processos	65
5.1.1 O território de abrangência da Vara	65
5.1.2 Dados sociodemográficos das mulheres com processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste (VVDF -Oeste)	68
5.1.3 Dados dos autores de violência doméstica e que respondiam a processos na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste	69
5.1.4 Dados referentes aos processos que tramitaram na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste (VVDF-Oeste)	70
5.2 Os processos no território	74
5.2.1 Resultados referentes às taxas e mapas	76
5.3 Os serviços da rede de atendimento no território	81
6 DISCUSSÃO	86
6.1 A violência doméstica e o perfil das mulheres que acessam a justiça	86
6.2 Casos no território: taxas de acesso à justiça e notificação SIVVA..	92
6.3 Interfaces: justiça, saúde e a rede intersetorial de enfrentamento a violência doméstica	94
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

8 ANEXOS	101
Anexo 1 Treinamento dos estagiários e pesquisadoras para coleta dos dados dos processos.....	101
Anexo 2 Fotos do cartório onde os processos físicos são mantidos.....	103
Anexo 3 Comunicado nº 284/2015 referente ao cronograma de implantação dos processos digitais - Diário da Justiça Eletrônico 6/3/2015 113	104
Anexo 4 Informações prestadas ao Desembargador Luís Soares de Mello Neto	106
Anexo 5 Parecer consubstanciado do CEP	110
9 REFERÊNCIAS	113

Resumo

Lima TM. *Perfil e a distribuição espacial das mulheres que tiveram processos na vara de violência doméstica e familiar contra a mulher da região oeste de São Paulo* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.

A violência doméstica é um problema multicausal e de alta magnitude. O objetivo deste trabalho foi conhecer o perfil das mulheres e dos processos que tramitavam na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste da cidade de São Paulo (VVDF-Oeste); a forma como se distribuem os processos e a localização geográfica dos serviços de saúde, assistência social e justiça existentes na região de estudo. Trata-se de estudo transversal com uso de georreferenciamento. Foram coletados dados junto a 1.339 processos em tramitação perante VVDF-Oeste de mulheres maiores de 18 anos, entre janeiro e fevereiro de 2016. Os dados sociodemográficos do território de abrangência da VVDF-Oeste foram obtidos pelo IBGE (2010) e IDH (2012). Dados do sistema de notificação dos agravos de violência da saúde foram obtidos pelo sistema SIVVA (2010 e 2016). Foram também georreferenciados os serviços, gerais e especializados, de saúde e assistência social, assim como os serviços especializados de justiça existentes no território, composto por dezoito distritos. Observou-se que o perfil das mulheres que teve processo criminal é branco (60,7%), escolarizado (52,7% delas com onze ou mais anos de estudo) e relativamente jovem, sendo que 79,6% têm entre 20 e 44 anos. Porém, contrastando este perfil com as características da população feminina que reside no território do estudo, observa-se uma sobrerrepresentação de mulheres negras, com maior acesso à justiça. A violência por parceiro íntimo (VPI) foi predominante (91,1%) e as mulheres relatam em 58,8% dos casos já terem sofrido violência anterior, ainda que 19,3% registraram boletim de ocorrência anterior. Observa-se que o território de abrangência da VVDF-Oeste é heterogêneo, e os dois distritos com maior taxa de notificação no SIVVA também correspondem àqueles com maior taxa de processos, e devem ser analisadas à luz da escassa rede de serviços especializados presentes no território. Este trabalho sugere a necessidade de implantação de serviços específicos para o atendimento da mulher em situação de violência exatamente onde há maior vulnerabilidade social. Importante dizer que, ainda que existam nos distritos altas taxas de notificação SIVVA e taxas de processos, nem de longe chegam perto de retratar a real violência sofrida pelas mulheres, pois grande parte da violência sofrida é silenciada pela própria mulher, seja por medo, por vergonha, descrença nas autoridades ou mesmo falta de serviços específicos e acolhedores. Por fim, somente quando esses três eixos: existência de serviços especializados capilarizados, que trabalhem em rede e que haja serviços direcionados ao agressor forem efetivados é que poderemos pensar em uma vida livre de qualquer tipo de violência,

Descritores: violência doméstica; mapeamento geográfico; pesquisa sobre serviços de saúde; assistência à saúde; epidemiologia; pesquisa interdisciplinar.

Abstract

Lima TM. *Profile and the spatial distribution of women who had processes in the court of domestic violence against women of the west region of São Paulo* [dissertation]. São Paulo: "Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo"; 2018.

Domestic violence is a multi-causal problem of high magnitude. This study aimed to understand the women's profile as well as from the criminal process that they were involved in the Domestic and Family Violence Against Women court (VVDF), in the west region of São Paulo city; and the way in which the cases and the geographical location of the health, social assistance and justice services are distributed in VVDF territory. It is a cross-sectional study using georeferencing. Data were collected along with 1,339 lawsuits filed from the VVDF of women over 18 years old, between January and February of 2016. The VVDF territory sociodemographic data were obtained by IBGE (2010) and IDH (2012). Data of the violence mandatory notification by the health services were obtained by the SIVVA system (2010 and 2016). General and specialized health and social assistance services were also georeferenced, as well as specialized judicial services in the territory, composed of eighteen districts. It was observed that the women profile who had criminal case in VVDF is white (60.7%), educated (52.7% of them with eleven or more years of schooling) and relatively young, with 79.6% are between 20 and 44 years old. However, contrasting this profile with the characteristics of the female population living in the study territory, there is an overrepresentation of black women, with higher access to justice. The intimate partner violence (IPV) was predominant (91.1%) and 58.8% of women reported that they suffered previous violence episode, although 19.3% recorded the have reported it previously to the police. It is observed that the territory of VVDF is heterogeneous, and the two districts with the highest reporting rate in SIVVA also correspond to those with the highest rate of processes and must be analyzed in the perspective of the scarce network of specialized services in the territory. This study suggests the need to implement specialized services for women undergoing domestic violence and in the areas of greater social vulnerability. It is important to highlight that even though there are high rates of SIVVA notification and a high process rate in the districts, it does not portray the real violence suffered by women, since much of the violence suffered is silenced by women themselves, by shame, disbelief at the authorities or even lack of specific and welcoming services. Finally, it is only when we articulate the existence of quality specialized services for women, as well as the ones to the aggressor's responsabilization, and get them to function as a network, that we can think of a life free from any type of violence.

Descriptors: domestic violence; geographical mapping; health services research; delivery health care; epidemiology; interdisciplinary research

APRESENTAÇÃO

A motivação para realização desta pesquisa surgiu de uma inquietação como magistrada atuante, na época, na área de violência doméstica: muito se trabalhava sobre os casos concretos sem se conhecer o panorama da mulher que sofre violência doméstica, do conjunto de processos em trâmite, bem como do território onde se exercia a jurisdição.

Em uma das reuniões de rede que eram feitas regularmente na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da região Oeste de São Paulo conheci a professora Ana Flávia Lucas D'Oliveira, que me motivou a pesquisar este objeto que me inquietava.

Inicialmente pensei que era tarde demais para voltar a estudar, afinal já havia saído dos bancos acadêmicos há quinze anos. Ademais, sendo juíza, casada, com dois filhos ainda pequenos, não havia espaço na minha vida para tal empreitada.

Contudo, durante as diversas conversas com a professora Ana Flávia (que realmente fez tudo parecer muito mais fácil do que realmente é com toda sua tranquilidade, gentileza e doçura), foi crescendo em mim o desejo de voltar a estudar e pesquisar.

O resultado de tudo isso foi essa dissertação, que é bastante inovadora, uma vez que as Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital de São Paulo foram instaladas em 2011 e até o presente momento o Poder Judiciário Paulista jamais realizou qualquer trabalho estatístico tomando por base os processos existentes nas Varas, no sentido de examinar o conjunto de casos e seus aspectos sócio demográficos a fim de servir de ferramenta para a tomada de decisões políticas.

1 RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1.1 Breves considerações sobre gênero

O conceito de gênero vem sendo construído nas últimas décadas por teóricos de diversas disciplinas das ciências sociais e humanas na medida em que se busca explicar as diferenças entre homens e mulheres em todos os espaços da sociedade, com especial foco no fato de que o valor atribuído aos homens e ao que se refere ao masculino é maior do que o valor relativo a atributos relacionados às mulheres e ao feminino (Scott, 1989).

Nos termos das Diretrizes Nacionais Feminicídio (Brasil, 2016)¹:

O uso da categoria gênero permite compreender as relações entre homens e mulheres como resultado dessa construção social. A subordinação das mulheres aos homens passa a ser descrita com elementos considerados universais, na medida em que podem ser identificados em todas as sociedades e em todos períodos históricos, mas também com elementos variáveis, que se expressam de formas diferentes em função do tempo e do espaço em que se manifestam.

Esta subordinação concretiza-se em diferentes “expectativas de comportamento social preestabelecidas distintamente para cada sexo” que são usadas para distinguir, determinar e explicitar o que se espera de homens e mulheres em uma determinada sociedade (Mendes et al, 2017).

Cada sociedade e grupo social em tempos históricos distintos estabelece quais seriam os comportamentos e atitudes que homens e mulheres deveriam desempenhar dentro do contexto no qual estão inseridos, segundo a CEPAL (2006)²:

Papéis de gênero são comportamentos aprendidos em uma sociedade, comunidade ou grupo social, nos quais seus membros estão condicionados para perceber certas atividades, tarefas e responsabilidades, como masculinas e femininas. Estas percepções estão influenciadas pela

¹ Diretrizes nacionais feminicídio, p. 32.

² Guia de assistência técnica para la producción y el uso de indicadores de gênero, p. 225

idade, raça, etnia, cultura, religião ou outras ideologias, assim como pelo meio geográfico, os sistemas econômico e político.

Tais papéis são construídos socialmente e quando vistos apenas como fruto da diferença biológica (como se fossem decorrentes da natureza) são naturalizados e utilizados para

justificar a inferioridade do gênero feminino sobre o gênero masculino; as desigualdades de direitos e deveres existentes entre eles; a dominação, a exploração e opressão masculina sobre a feminina; e, principalmente, as violências dirigidas àquelas mulheres que negam, resistem ou se recusam a cumprir papéis sociais tradicionalmente definidos como pertencentes ao seu sexo (Brasil, 2016)³

Desta forma, pelo fato do gênero ser algo construído, altera-se com o tempo, com o contexto social, econômico, ou seja, não é algo fixo e imutável, intrinsecamente ligado ao sexo biológico, como nossa cultura faz parecer.

Portanto, a desigualdade de poder marca as relações de gênero da forma como a conhecemos, e o conceito gênero busca contribuir para sua compreensão.

Segundo Teles e Melo (2003)⁴:

A sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria de gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram polos de dominação e submissão.

Joan Scott (1989), historiadora estadunidense, umas das pioneiras no estudo de gênero como um conceito que vai além de uma construção cultural em oposição ao sexo biológico, considerado natural, afirma que:

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava

³ Diretrizes nacionais feminicídio, p. 99.

⁴ O que é violência contra a mulher, p. 5.

também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

A partir desta ótica, gênero traz a necessidade e a possibilidade de estudar o papel desempenhado pelo homem e pela mulher para entender as diversas sociedades.

Nathalie Davis dizia, já em 1975⁵:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la.

Contudo, a principal crítica a esse entendimento de gênero, como uma “categoria social imposta a um corpo sexuado”, é que este “coloca ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1989).

Scott (1989), junto com diversas outras autoras, estabelece a importância de um olhar articulado para o gênero, classe e raça, ao analisar que as relações entre os sujeitos são assimétricas, desiguais e estão organizadas segundo, no mínimo, esses três eixos, ao longo dos tempos.

Tal autora busca na política uma forma de entender como o gênero é usado como instrumento de poder. Procura demonstrar como o conceito está ligado ao poder e como o poder é fonte de hierarquização das figuras de homens e mulheres na história. Ela busca mostrar que a história política é construída com a participação de homens e mulheres.

Ao longo de sua análise, diz que o poder e autoridade estão relacionados com o masculino e envolvem, via de regra, o controle sobre as mulheres. A partir dessa premissa nos oferece os seguintes exemplos: a) a legitimação da guerra, em que homens jovens apelam para sua virilidade para proteger o Estado, bem como mulheres e crianças, que são tidos como vulneráveis; b) os

⁵ Women's history in transition, p. 90

regimes autoritários são outro exemplo em que há o controle das mulheres, proibindo a participação política, impondo códigos de vestuários e vetando o aborto; c) mesmo as democracias do século XX, tais como o Estado de Bem-Estar Social, há políticas concretas de leis protecionistas dirigidas às mulheres e crianças (Scott, 1989).

Scott (1989) usa desses exemplos para concluir que “as significações de gênero e poder se constroem reciprocamente”, não são fixas no tempo e no espaço e precisam ser redefinidas e reestruturadas com “uma visão de igualdade política e social que inclui não só sexo, mas também classe e raça”.

No Brasil, importante contribuição para entender o conceito de gênero foi dada pela socióloga Heleieth Saffioti (1992)⁶, que também amplia-o enquanto produção cultural e interrelacionada com outros eixos de opressão:

[...] a origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. [...] não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente [...] o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo. [...] o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. O corpo de uma mulher é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale dizer [...] que o gênero se constrói expressa através das relações sociais.

Faz-se, assim, uma análise do gênero relacionando-o com a perspectiva do patriarcado, procurando demonstrar que o gênero necessita ser contextualizado nas relações de poder (Saffioti, 1997).

Para a autora, gênero acompanha a humanidade há muito mais tempo que o patriarcado. A ideologia patriarcal, particularmente recente, que remonta à industrialização e ao capitalismo, é fonte de opressão e desigualdades e é

⁶ Rearticulando gênero e classe social. In: Bruschini C, Costa AO. Uma questão de Gênero, p. 189.

uma possibilidade nas relações de gênero, embora não seja a única (Saffioti, 1997).

Saffioti (2015) chama a atenção para o risco de o conceito de gênero reduzir a importância do que ela considera chave, a compreensão e luta contra o patriarcado:

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiar aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram.

No entanto, embora tenha tido sua importância no sentido de mostrar que a subordinação feminina não é algo natural e sim histórico, tendo tido um início e podendo, assim, ter um fim, o patriarcado se tornou um conceito controverso para algumas autoras, como por ser um conceito muito amplo, referindo-se a “um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres” (Piscitelli, 2002).

As desigualdades nas relações de gênero podem ser pensadas como algo a ser superado, como nas palavras da aclamada escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015) que aduz:

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.

Para entender gênero e o seu emprego como uma ferramenta de análise, portanto, precisamos ter em mente que o conceito de gênero possui as seguintes características (Brasil, 2016)⁷:

- 1- Relacional: não se refere individualmente a homens e mulheres e sim diz respeito a relações sociais entre eles;
- 2- Hierárquico: há mais valor para os papéis desempenhados pelos homens do que os papéis desempenhados pelas mulheres;
- 3- Histórico: as funções e relações entre homens e mulheres variam de uma geração para outra e de sociedade para a outra;
- 4- Específico do contexto: os contextos sociocultural, histórico e étnico funcionam como variações dos papéis atribuídos a homens e mulheres e isso torna possível

⁷ Diretrizes nacionais feminicídio, p. 32.

variações dentro de uma mesma sociedade e em um mesmo período histórico.

1.2 Gênero e interseccionalidade

Ao longo dos anos 90 houve a ampliação do debate para analisar a intersecção entre gênero e outros marcadores sociais como raça, cor etnia, idade, classe social que também funcionam como formas de opressão e desigualdades, como já apontado anteriormente (Brasil, 2016).

Os marcadores sociais indicados precisam ser vistos em conjunto com o gênero porque fornecem a real dimensão da vulnerabilidade a que está exposta certa pessoa e também fornece maiores subsídios para entender o fenômeno da violência e as possibilidades de sua prevenção.

Identificar essas características permite melhor compreensão da situação de vulnerabilidade e risco em que a vítima se encontrava (...) permite também que o Estado possa atuar de forma preventiva para redução dessa violência (Brasil, 2016).⁸

- a) Classe social: a violência é perversamente democrática, permeia todas as classes sociais, de modo que qualquer mulher pode sofrer violência. No entanto, as mulheres trabalhadoras e aquelas inseridas nos extratos mais pobres da sociedade tendem a estar expostas a taxas ainda mais altas de violência (Brasil, 2016).
- b) Geração: em qualquer etapa da vida pode ocorrer a violência. Na infância e adolescência é mais comum a violência sexual. Na fase adulta a violência física e sexual, assim como a psicológica, em geral, praticada por parceiro íntimo. Por fim na velhice, prevalece os maus-tratos praticados por filhos(as) e cônjuge (Brasil, 2016).
- c) Deficiência: agravam o quadro de vulnerabilidade a que já estão expostas as mulheres. Ainda há poucas iniciativas nessa área, especialmente no que diz respeito a delegacias e varas especializadas para atendimento desta demanda (Brasil, 2016). Na cidade de São Paulo, o Provimento CSM Nº 2.236/2015 do Tribunal de Justiça criou o projeto SANCVTS através do qual foi criado um anexo a 16ª Vara

⁸ Diretrizes nacionais feminicídio, p. 35.

Criminal Central com competência para processar e julgar, dentre outros, os crimes cometidos contra deficientes de qualquer gênero, o que demonstra um avanço na matéria de proteção.

- d) Raça e cor: são um dos maiores fatores de desigualdade social. Associada ao gênero aumenta a discriminação e vulnerabilidade. Segundo dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015) houve um aumento de 54,2% de morte de mulheres negras (2003 e 2013), criando um quadro de discriminações múltiplas (Brasil, 2016).
- e) Etnia: relaciona-se com gênero na medida em que os papéis de gênero se modificam de acordo com os grupos e povos. A discriminação contra minorias étnicas também agrava a situação de vulnerabilidade das mulheres (Brasil, 2016).

1.3 Gênero e violência

Historicamente, as primeiras ações políticas, estudos e publicações sobre a violência contra as mulheres no Brasil remontam à década de 1980, quando o movimento de mulheres começa a lançar luz sobre tal tema para dar visibilidade ao problema com a finalidade de combatê-lo (Santos; Izumino, 2005).

Em um primeiro momento, o objeto do estudo era o fenômeno da violência, procurando entender quais são os crimes mais comuns, traçando o perfil tanto de quem pratica quanto de quem sofre a violência, buscando propor políticas públicas (Santos; Izumino, 2005).

Importantes para o estudo do tema as distinções entre violência contra a mulher, violência doméstica e familiar e violência praticada por parceiro íntimo.

A violência contra a mulher consiste em toda violência sofrida pelas mulheres, pelo fato de serem mulheres e estarem em relações desiguais de poder na sociedade (Scott, 1989).

É um fenômeno que acontece em todo o mundo, em diferentes culturas, raças e classes sociais, que ocorre tanto dentro como fora da família, nas universidades, espaços públicos, transportes, ambiente de trabalho e também dentro das próprias instituições públicas e privadas, podendo ser praticada

pelo homem contra a mulher, mas também pode ser praticada de homem contra homem e de mulher contra mulher e pode abranger as violências domésticas e intrafamiliares (Safiotti, 2001).

O artigo 1º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção Belém do Pará” (1994) conceitua a violência contra a mulher como:

(...) qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado.

A violência contra a mulher é frequente e grave. Pelas informações do Mapa da Violência de 2014 (Waiselfisz JJ, 2014) o número de denúncias registradas pelo Disque 180 ultrapassou 52.000. Um ano depois, em 2015, esse mesmo serviço registrou mais de 76.000, um aumento de 44% nas denúncias.

O Atlas da Violência de 2018 (Cerqueira, 2018) descreve que em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4% Em relação aos dez anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

Nos termos do artigo 5º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) o âmbito da família se compreende como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

A violência familiar envolve membros da mesma família (seja família entendida como consanguinidade ou afinidade) e pode ocorrer dentro ou fora do domicílio.

Por seu turno, a violência doméstica é aquela que ocorre entre pessoas que vivem, integral ou parcialmente, no mesmo domicílio, independente de pertencerem a mesma família, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, nos termos do artigo 5º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

É dentro do âmbito doméstico que ocorre o maior número dos atos de violência praticados contra as mulheres. Em 2011, no Brasil, 70% dos registros

de violência contra as mulheres relatam que as violências sofridas ocorreram nos próprios domicílios das vítimas (Waiselfisz, 2011)

As mortes de mulheres também ocorrem preponderantemente nas próprias residências delas (27,1%), indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres (Waiselfisz, 2011; Waiselfisz, 2015)

Por fim, a violência por parceiro íntimo é compreendida como aquela que provoque dano físico, sexual, patrimonial, psicológico ou moral que ocorre em uma relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006).

E é no âmbito das relações íntimas de afeto, atuais ou pretéritas, que grande parte os atos de violência são praticados, posto que o agressor é, na imensa maioria, o companheiro, marido, namorado, do relacionamento atual ou pretérito - o que tem sido conceituado pelos estudos de violência por parceiro íntimo. Para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados de mortes femininas registradas pelo Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015)

A violência doméstica contra a mulher foi reconhecida nas últimas décadas como de alta magnitude, com consequências importantes para a saúde física e mental de mulheres e crianças afetadas.

Pesquisas de organizações internacionais, tais como Organização Mundial de Saúde –OMS, Organização Panamericana de Saúde, Banco Mundial (Heise et al, 1994; OPAS, 1998) , e Associação Médica Americana (American Medical Association, 1992) apontam que a violência por parceiros íntimos é, muitas vezes, de natureza grave e reiterada, resultante das desigualdades de gênero.

No Brasil, importante estudo de base populacional, mediu a ocorrência de violência contra mulheres em duas regiões do Brasil: São Paulo (capital) e Zona da Mata de Pernambuco. Foi constatado que, em ambas as localidades, ao menos uma vez na vida, as mulheres revelaram ter sofrido violência psicológica (41,8% e 48,9%); física (27,2% e 33,7%) e sexual (10,1% e 14,3%), respectivamente (Garcia-Moreno, 2006).

O balanço do Ligue 180- Central de Atendimento à Mulher (SPM-PR) computa que desde a criação do serviço, em 2005, houve quase cinco milhões de atendimentos, dos quais 552.748 eram relatos de violência. Tal estudo aponta que em 43% dos casos registrados de violência registrados as agressões ocorriam diariamente e em 35%, a frequência era semanal (Compromisso e atitude, 2012).

Há associações evidentes entre a violência intrafamiliar e a qualidade de vida e saúde das mulheres afetadas, diminuindo anos saudáveis de vida, incluindo aumento de suicídios ou grande ideação suicida, além de problemas de saúde sexual e reprodutiva, cardiovasculares e dores crônicas (Schraiber, 2007a).

O caráter da cronicidade da agressão produz não só danos físicos, mas também estresse crônico e está associado a um elevado número de problemas e sofrimentos físicos e mentais. Acrescente-se que as situações de violência e abuso de poder que ocorrem nas relações domésticas não deveriam ser rotuladas como “doença” e medicalizadas, posto que os sintomas escondem protestos contra as iniquidades sofridas (Meneghel, 2008).

É reconhecido que vivenciar violência perpetrada por parceiro íntimo produz uma série de danos à saúde nas próprias mulheres (d'Oliveira e Schraiber, 2013):

tais como uma maior chance de apresentarem pior avaliação de sua saúde e queixas de dor, perda de memória, tontura e corrimento vaginal, transtornos mentais comuns, ideação suicida, abortamentos, infecções por DST/HIV, gravidez indesejada e disfunções sexuais, além de patologias como fibromialgia. Todas essas situações fazem com que essas mulheres usem com maior frequência os serviços de saúde, embora com pouca adesão a medidas preventivas (...). A violência doméstica contra a mulher também ocasiona danos a seus filhos, tais como menor imunização infantil, maior mortalidade até os cinco anos e maior prevalência de comportamento agressivo e problemas escolares. As crianças, além de testemunhar a violência, podem também ser agredidas pelo parceiro ou pela própria mulher, ocupando tais mulheres muitas vezes a situação de vítimas de seus parceiros e agressoras de seus filhos.

Estes dados, no entanto, precisam ser analisados da perspectiva da possibilidade de mudança. O uso pelo movimento e profissionais especializados na assistência do termo “mulheres em situação de violência”, ao invés de “vítimas de violência” para referir-se às mulheres que vivem ou viveram atos de violência, busca ressaltar o caráter histórico e portanto mutável da violência de gênero e evitar cristalizar o papel de vítima como um destino feminino (Mendes et al, 2017).

A autora Wânia Passinato Izumino (1998) também se debruça sobre o tema do papel da mulher no âmbito da violência no livro “Justiça e Violência contra a Mulher: O Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero”, no qual verifica as diferenças entre os depoimentos prestados nas diversas fases dos processos. Constata que o mais comum é que na fase policial haja um relato dramático e indicador do desejo de punição do agressor, enquanto na fase judicial há um abrandamento das condutas praticadas pelo homem. A mulher não teria, assim, um papel passivo, mas sim exerceria um poder e desenvolveria diversas estratégias (já que não pode parar o processo) para renegociar o pacto conjugal, servindo-se do sistema de justiça para esse fim.

O que se pode extrair de todo esse contexto é que, segundo Mendes et al. (2017):

a criminalização da violência praticada pelo homem contra a mulher não é suficiente para compreender a complexidade do fenômeno, de forma que seria preciso relativizar a perspectiva da dominação-vitimização até então utilizada como referência explicativa do fenômeno da violência contra a mulher

1.4 Modelo ecológico de gênero

Para explicar as determinações desta situação complexa, vários autores tem utilizado o chamado “modelo ecológico”, que busca a combinação de fatores pessoais, situacionais e socioculturais envolvendo as relações familiares, comunitárias e sociais (Brasil, 2016).

Tal modelo foi utilizado em relatórios e estudos do Sistema das Nações Unidas, desde 2002, para compreender de forma heurística as relações sociais

examinando quatro níveis de causalidade, que se apresentam sobrepostas: Individual, relacional, comunitário e social.

Essa abordagem ecológica da violência põe em evidência os diversos elementos que integram a violência. Trabalha ainda a interação dos fatores de risco de caráter intrafamiliar, bem como os de caráter mais amplos, como os contextos social, cultural e econômico (Brasil, 2016).

Figura1. Modelo ecológico da violência contra a mulher.

Fonte: Modelo de Protocolo, 2014, In: Brasil, 2016

- Nível social: é construído por crenças e representações culturais sobre os sexos e ajudam a construir os estereótipos a respeito do que representa ser homem e ser mulher. De acordo com os papéis de gênero, já fixos e preconcebidos, é aceita a violência contra a mulher como uma forma legítima de relação e solução de litígios, decorrente da ideia de propriedade masculina sobre a mulher, que é desumanizada e vista como objeto. Refere-se ainda ao clima social gerado pelo complexo normativo que não inibe de norma concreta a ideia de violência como algo aceitável.
- Nível comunitário: é relacionado aos fatores estruturais que afetam os ambientes cotidianos, onde as relações de poder se desenvolvem, tais como: isolamento da mulher de suas redes sociais e familiares, que a

impede de buscar ajuda; prática de violência contra a mulher como parte de um contexto de violência organizada, a ideia de que o homem faz parte de um grupo de homens e cuja fragilidade não pode ser demonstrada, caso não aja de acordo com o que se espera dele.

- Nível relacional: é a organização familiar e o entorno imediato de convivência que expressa hierarquia familiar em torno do homem, que é centro das decisões; dominação econômico masculina em que a mulher é inferior e depende do provedor, uso da violência como forma de resolução de conflitos e o consumo de substâncias (álcool, drogas) ou práticas viciantes (jogos) que influenciam na expressão e manifestação da violência.
- Nível individual: é o nível mais complexo. Abrange fatores biológicos (idade e sexo, doença mental), tanto como antecedentes pessoais de tipo social, ligados à aprendizagem da violência como “comportamento natural” e ao caráter cultural “observado e repetido” da violência como forma de se impor sobre outra pessoa.

Somente através desta visão ampliada e multifacetada é que se torna possível compreender a violência de gênero, como ela é vista dentro de determinada sociedade, inserida em um território e contextualizada no tempo.

Neste estudo, buscamos compor dados individuais das mulheres com dados do contexto no qual elas vivem, quem praticou o fato, onde o crime ocorreu, qual o IDH local e os serviços existentes no território.

Desta forma, buscamos estudar a violência de uma forma multifacetada, a fim de entender quem é a mulher que tem acesso ao Poder Judiciário, quem é seu agressor, bem como conhecer outros caminhos que essa mulher possa percorrer para cessar a violência sofrida.

2 O ACESSO À JUSTIÇA E A LEI MARIA DA PENHA

2.1 Princípio do acesso à justiça sob o enfoque do direito

O princípio constitucional do acesso à justiça é um direito fundamental consistente na premissa de que todo cidadão terá seus direitos resguardados pelo Poder Judiciário, cujo acesso deve ser a todos, proferindo decisões justas, rápidas e eficazes.

Tal princípio está previsto no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal que aduz:

XXXV- a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito

A expressão “acesso à justiça” possui duplo significado: refere-se tanto a reivindicação dos direitos, como a resolução dos conflitos perante o Estado, tornando efetivos os direitos do cidadão (Cappelletti, 1988).

O Poder Judiciário funciona como guardião dos direitos e garantias de todo cidadão. Toda vez que houver alguma lesão ou ameaça de lesão a um direito ou garantia, de qualquer natureza, pode o cidadão interpelar o Poder Judiciário, por meio do direito de ação (penal ou cível), para que seu direito ou garantia assegurado seja recomposto.

Tal premissa está prevista na nossa Lei Maior, como direito de todos.

De nada adiantaria o Estado elencar diversos direitos aos cidadãos, tais como saúde, educação, trabalho, vida livre de violência, lazer, cultura, se não houvesse mecanismos aptos a efetivação de tais direitos, caso fossem violados.

Mauro Cappelletti (1988) diz, portanto, que⁹:

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretende garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.

⁹ Acesso à justiça, p. 12

Entretanto, Cappelletti (1988) reconhece que há alguns obstáculos para o acesso à justiça, tais como: reconhecimento pela parte de que possui um direito exigível, falta de conhecimento de como funcionam os processos judiciais, formalismo exacerbado, distanciamento dos juízes e tribunais da população.

Significa dizer que nem todos os cidadãos possuem o mesmo acesso efetivo a esse órgão estatal. Ou seja, embora seja direito de todos, muitos encontram diversas barreiras para acessarem o Poder Judiciário.

Assim, sugere o autor a criação de novos mecanismos capazes para tornar os direitos mais exequíveis com o intuito de proteger as camadas menos favorecidas, tais como alteração de procedimentos processuais, alteração de estrutura de tribunais, criação de novos tribunais e a modificação de direitos para garantir o acesso de todos à justiça (Cappelletti, 1988).

A grande preocupação é com a “justiça social”, ou seja, a busca de procedimentos que protejam os direitos que foram conquistados pelas pessoas comuns e menos favorecidas e que estavam à margem do judiciário, caso contrário, os direitos assegurados a tais pessoas seriam meramente simbólicos e destituídos de qualquer efetividade (Cappelletti, 1988).

Podemos dizer que a Constituição Federal de 1988 foi de extrema relevância ao assegurar formalmente diversos direitos para pessoas que, até então, estavam à margem da sociedade. Contudo, nenhuma utilidade haveria se apenas houvesse o asseguramento de tais direitos sem criar mecanismos para tirá-los do papel e transportá-los para a realidade.

E é exatamente através do acesso ao Poder Judiciário que se tornam efetivos direitos ou garantias resguardados legalmente e que estão sendo violados.

Não há acesso à justiça para aqueles que não conseguem pleitear em juízo os seus direitos ou que, de alguma forma, recebem uma decisão injusta ou tardia. E somente haverá acesso à justiça quando o processo for capaz de “outorgar a quem tem razão toda a tutela jurisdicional a que tem direito” (Dinamarco, 1996).

Entretanto, não podemos esquecer o que nos ensina Capelletti de que o acesso à justiça não deve ser um fim em si mesmo, de forma que devem ser

sempre resguardadas as garantias fundamentais processuais, especialmente da imparcialidade do juiz e do direito ao contraditório (Cappelletti, 1988).

Em última análise, o acesso à uma prestação jurisdicional nada mais é do que um acesso a um serviço público, que deve ser eficiente e efetivo a todos aqueles que tiveram seus direitos violados e buscam no Poder Judiciário essa recomposição, independentemente de classe social ou status econômico. E, uma vez interposta a demanda, todos teriam uma solução rápida, eficiente e que aplicasse a lei cabível, de forma idêntica.

Entretanto, convém ressaltar que vivemos em uma sociedade desigual e as pessoas com melhores condições sociais possuem acesso diferenciado aos serviços.

O mesmo ocorre com o Poder Judiciário, que integra e é um reflexo da sociedade.

Nessa esteira é que surge a Lei Maria da Penha, como fruto da luta das mulheres, que eram consideradas formalmente iguais aos homens, mas na prática sofriam diversas violações de seus direitos. Tal lei para assegurar a efetiva igualdade dos direitos humanos das mulheres, além de facilitar o acesso à justiça para aquelas que estejam em situação de violência doméstica e familiar e que por muito tempo foram invisibilizadas e suas demandas não alcançavam o Poder Judiciário.

2.2 Direitos humanos das mulheres

O reconhecimento de que os direitos das mulheres são também direitos humanos e a percepção de que havia a necessidade de criação de mecanismos que assegurassem a igualdade, de fato, entre homens e mulheres surgiu primeiro no âmbito internacional, como fruto de uma luta dos movimentos de mulheres.

A ONU (Organizações das Nações Unidas) realizou em 1975, no México, a I Conferência Mundial sobre a Mulher, que estabeleceu aquele ano como o ano da mulher e a década seguinte a Década das Nações Unidas para a Mulher.

Em decorrência desta ação, foi realizada a CEDAW (Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women), que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU no ano de 1979.

A importância de tal documento consistiu no fato de ser o primeiro instrumento internacional que tratou amplamente sobre os direitos humanos da mulher procurando promover a igualdade e proibindo qualquer ação discriminatória (Dias, 2015).

Trata-se de importante e significativo passo reconhecendo que as mulheres estão em posição de desvantagens em face aos homens e que há a necessidade de ações afirmativas, quer com a criação de direitos ou com a criação de políticas públicas, para que seja alcançada a plena igualdade.

Estabelecia também, como bem observa Scarance Fernandes (2015), o Protocolo Facultativo, o qual cria mecanismos de intervenção nos Estados pactuantes que estivessem descumprindo o estabelecido no referido acordo internacional.

Tal convenção foi aprovada e promulgada em 2002 (Brasil, 2002), passando a fazer parte de nosso ordenamento jurídico.

Outro tratado de extrema relevância quanto aos direitos das mulheres foi a Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1995), assinada na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994, que trouxe a precisa definição da violência contra a mulher, a qual foi assimilada pela Lei Maria da Penha.

Nos termos do artigo 1º da Convenção (Brasil, 1995):

Para efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Dentre os diversos compromissos assumidos pelos Estados, havia o de editar leis para efetivar os direitos estabelecidos no instrumento assinado.

Ocorre que o Brasil somente cumpriu tal requisito em 2006, com a Lei 11.340/06 (Brasil, 2006), ou seja, doze anos após a Assembleia da OEA e somente o fez após uma condenação junto a tal órgão pela omissão de ações efetivas as quais havia se comprometido a realizar.

A condenação do Estado brasileiro foi emblemática por dois motivos (Brasil, 2016):

descaso e omissão da justiça brasileira com relação à violência contra as mulheres e por ter sido o primeiro caso de violência doméstica que levou à condenação de um país no âmbito do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos¹⁰.

Maria da Penha Maia Fernandes deu nome à lei de proteção às mulheres em razão de ter sido vítima de dupla tentativa de homicídio em 1983, por seu marido, o professor universitário colombiano, naturalizado brasileiro, Marco Antonio Heredia Viveros. Na primeira tentativa, ele desferiu um disparo de arma de fogo contra as costas da esposa, enquanto ela dormia, deixando-a a paraplégica e a fez crer que haviam sido vítimas de um assalto. Sem conseguir o evento morte, Viveros tentou, meses depois, eletrocutá-la no banho. Após quinze anos e duas condenações perante o tribunal do júri, ainda estava pendente julgamento de recurso e o acusado aguardava decisão em liberdade.

Diante da inexistência de decisão rápida e eficaz por parte da justiça brasileira, Maria da Penha e as entidades CEIJ (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) e CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher) enviaram uma reclamação à CIDH/OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos).

Em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu o relatório nº 54/2001 responsabilizando o Brasil por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, recomendando algumas medidas, dentre as quais a finalização do processamento penal do responsável da agressão. Marco Antônio foi preso em 2002, quase vinte anos após o crime, poucos meses antes da prescrição da pena.

Este caso é um exemplo de impunidade nos casos de violência doméstica contra mulheres no Brasil. Alegou-se que, de acordo com seus compromissos internacionais, o Estado brasileiro deveria agir preventivamente, para reduzir o índice de violência doméstica, além de investigar, processar e

¹⁰ Diretrizes Nacionais Feminicídio, p. 48

punir os agressores dentro de prazo razoável, segundo as obrigações assumidas internacionalmente de proteção dos direitos humanos (Belsito, 2016).

No dia 07 de agosto de 2006 foi publicada a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que representou um marco divisório na defesa dos direitos das mulheres no Brasil.

2.3 Proteção integral às mulheres : microssistema da lei maria da penha

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) é um instrumento que “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, como preceitua o artigo 1º da lei.

Tal legislação busca a proteção integral da mulher em situação de violência doméstica, bem como traz elementos de prevenção, educação para a mudança de paradigmas, atuação em rede e responsabilização do agressor.

Podemos dizer que a Lei Maria da Penha criou um microssistema de proteção integral das mulheres, com medidas que ultrapassam o âmbito penal e o âmbito cível. Aliás, reduzir a aplicação da lei a esses dois aspectos é diminuir seu campo de abrangência e de importância no asseguramento de direitos femininos.

Não se pode reduzi-la tão somente ao aspecto criminal posto que, para além da punição de quem comete violência doméstica, há aspectos de proteção às mulheres em situação de violência e de prevenção de novas violações aos direitos das mulheres (principalmente pela educação, eliminando mecanismos que reproduzam os estereótipos de gênero), bem como de modificação de postura por parte do homem envolvido em situação de violência, que deve ser levado a repensar suas atitudes.

Nos termos da lei Maria da Penha, caracteriza-se violência doméstica toda ação ou omissão, baseada no gênero e que viole os seguintes bens jurídicos: a vida, patrimônio, integridade física, psicológica, liberdade sexual e honra e que ocorra: i) no ambiente doméstico, o qual é o espaço de convívio permanente de pessoas que tenham ou não qualquer parentesco ou vínculo afetivo; ou ii) no âmbito da família, seja o parentesco real ou apenas por

consideração ou iii) no âmbito das relações de afeto existentes ou pretéritas, independentemente das partes morarem juntas.

Segundo Maria Berenice Dias (2015) o exato conceito de violência doméstica advém da conjugação entre os artigos 5º e 7º, posto que o primeiro estabelece a abrangência da lei e o último descreve as formas de violência de uma maneira mais minuciosa:

Para se chegar ao conceito de violência doméstica é necessária a conjugação dos seus arts. 5º e 7º. Deter-se somente ao art. 5º é insuficiente, pois são vagas as expressões: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero”; “âmbito de unidade doméstica”; “âmbito da família” e “relação íntima de afeto”. De outro lado, apenas do art. 7º não se retira o conceito legal de violência contra a mulher. A solução é interpretar os arts. 5º e 7º conjuntamente para, então, extrair o conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Ou seja, violência doméstica é qualquer das ações elencadas no art. 7º (violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral) praticadas contra a mulher em razão do vínculo de natureza familiar ou afetiva¹¹

Uma das grandes novidades foi a inclusão da violência psicológica no rol de violência doméstica. Tal conduta atinge a saúde física e mental (Dias, 2015) e consiste, dentre diversas condutas, em rejeitar, humilhar ou discriminar as mulheres.

É importante lembrar que, quanto à violência sexual, ainda persiste a tendência de identificar o exercício da sexualidade como um dos deveres do casamento, uma vez que no direito civil há o dever do “débito conjugal”, o que autorizaria o marido a exigir a prática sexual, que consistia em “exercício regular do direito” (Dias, 2015). Porém, as normas sociais estão mudando e diversos setores da sociedade já entendem que qualquer prática sexual não consentida caracteriza estupro e não pode ser aceita.

Outro aspecto importante para se levar em consideração é que a lei, ao dizer que a violência independe de orientação sexual, reconheceu como família as uniões homoafetivas (Dias, 2015).

Assim, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros e gays, estão ao seu abrigo quando a violência ocorre entre

¹¹ Dias. Lei Maria da Penha, p. 49

pessoas que possuem relação afetiva no âmbito da unidade doméstica ou familiar¹²

Maria Berenice Dias (2015) aduz que a proteção especial criada pela lei se aplica a mulher, lésbicas e também transmulheres, isto é: transexuais, travestis e intersexuais que tenham a identidade social com o sexo feminino. Assim, a lei protege todos os indivíduos que se “reconheçam como mulheres”.

2.3.1 Aspectos de natureza penal e cível

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) não traz em seu bojo um rol de crimes considerados como crimes de violência doméstica.

Não se trata de uma lei penal e sim de um aparato de proteção à mulher que acabou por trazer alterações importantes no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal.

De fato, houve i) a inclusão de uma agravante (artigo 61, II, f do Código Penal), de forma que a pena de qualquer crime pode ser aumentada se o delito for praticado no contexto da violência doméstica, de coabitação ou hospitalidade; ii) causa de aumento de pena quando a vítima é pessoa com deficiência (artigo 129, § 11 do Código Penal), aqui incluída sem qualquer relação com a violência doméstica; iii) a diminuição da pena mínima e o aumento da pena máxima para o delito de lesão corporal (artigo 129 § 9º do Código Penal); iv) criou-se mais uma hipótese de prisão preventiva, quando houver crime de violência doméstica (art. 313, III do Código de Processo Penal) e, por fim, v) criou-se a possibilidade de obrigar o agressor a comparecer a programa de recuperação e reeducação (art. 152, parágrafo único da Lei de Execuções Penais) (Dias, 2015).

Além disso, ainda podemos destacar, entre as inovações penais da lei, a impossibilidade de fixação de penas pecuniárias, multa ou cestas básicas, a inaplicabilidade da Lei 9099/95 (Brasil, 1995b) para os casos de violência doméstica - artigo 41 da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) - e, por fim, o entendimento advindo da lei, através do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, de que o crime de lesão corporal leve se processa por ação penal

¹² Dias. Lei Maria da Penha, p. 52

pública incondicionada, ou seja, havendo o registro da ocorrência, a persecução penal segue seu caminho sem levar em conta a manifestação do sujeito passivo da violência.

Alguns, como Maria Berenice Dias (2015) entendem que¹³:

condicionar à representação os delitos de lesão corporal leve e lesão corporal culposa, omitiu-se o Estado de sua obrigação de punir, transferindo à vítima a iniciativa de buscar a apenação de seu agressor, segundo critérios subjetivos de conveniência (...)” e continua: “(...) não é possível condicionar a ação penal à iniciativa da vítima quando existe uma relação hierarquizada de poder entre agressor e agredido. Não há como exigir que o desprotegido, o hipossuficiente, o subalterno, formalize queixa contra seu agressor. Esse desequilíbrio também ocorre no âmbito das relações familiares, já que, em sua maciça maioria, a violência é perpetrada por maridos, companheiros ou pais, contra mulheres, crianças e idosos.

Na mesma esteira Agda Fernanda Pietro Santana (2008):

Se a realidade fática constatada pela criminologia é de alto índice de violência contra a mulher no âmbito familiar, sem que ela, sozinha, consiga enfrentá-la. Compete ao Estado desenvolver políticas que visem a tutelar os seus direitos, o que certamente se teve em vista com a edição do diploma em exame, com supedâneo nos artigos 226, § 8º e 227 da Constituição Federal.

A justificativa de que não se deve retirar da mulher o poder de decisão sobre a situação de violência em sua família, passando a considerar os crimes de lesão corporal qualificada como ação pública condicionada, acaba por não solucionar o grave problema, transformando-as apenas em novas vítimas, ou seja, vítimas de inaceitável coação na busca de impunidade, circunstância que estimula ainda mais a reiteração criminosa.

No entanto, é inaceitável admitir que a Lei Maria da Penha, criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, seja interpretada de forma a beneficiar o agressor, reforçando ainda mais a idéia de um direito penal simbólico positivo.

Embora haja comprovadas divergências, deveria prevalecer, categoricamente, a primeira corrente, ou seja, o entendimento de que nos crimes de lesão corporal leve e culposa, contra a mulher vítima de violência doméstica,

^{13 13} Dias. Lei Maria da Penha, p. 32

prescinde de representação da vítima, com base na expressa proibição da utilização do procedimento dos Juizados Especiais e na exacerbação da pena imposta ao crime de lesão corporal qualificada, impondo-se a aplicação do disposto no Código Penal, em virtude da ausência de previsão sobre o tema na legislação em comento, sendo assim, portanto, ação penal pública incondicionada

Entretanto, não podemos deixar de observar que o protagonismo da vida da mulher em situação de violência cabe a ela. Não pode o Estado interferir no âmbito das relações íntimas de afeto e levar à público situações por vezes constrangedoras e degradantes que ocorrem dentro do âmbito doméstico sem a aquiescência da mulher, envolvida diretamente nesses fatos. Por vezes, a situação de violência já foi superada, mas ainda ela se vê presa ao passado e atrelada ao deslinde do processo penal.

Tomar o protagonismo da mulher, tirando dela a escolha de processar ou não o agressor, com quem tem ou teve uma relação familiar, afetiva ou de coabitação é não respeitá-la como sujeito de direitos e sim estigmatiza-la no papel de eterna vítima, que precisa de proteção.

É certo que a mulher em situação de violência é dotada de discricionariedade suficiente para decidir até onde o Estado pode intervir na sua vida doméstica e familiar.

Tal entendimento se coaduna ao artigo 3º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), ao estabelecer que a mulher deve ser respeitada e ter sua dignidade preservada, sendo sujeito de direitos e não mero objeto de proteção legal, sob tutela do Estado.

Quanto aos aspectos do âmbito civil, de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (Brasil, 2002) - nos mesmos moldes a Convenção de Belém do Pará – há o dever do Estado de garantir às mulheres vítimas de violência uma reparação justa e eficaz do dano sofrido, através dos mecanismos de justiça (Brasil, 2016).

O que significa dizer que, uma vez ocorrida a violência, deve haver um restabelecimento da situação anterior à prática do ato violento.

Segundo os Sistemas Internacionais de Direitos Humanos a reparação abrange: medidas de restituição ao estado anterior à prática da violência

(somente não sendo possível é que se converte em indenização), medidas de reabilitação (médica, psicológica, social e serviços legais), medidas de satisfação (tornar pública a verdade, atos de desagravo, sanção aos responsáveis e medidas simbólicas) e, por fim, medidas de não-repetição (prevenção da violência de gênero) (Brasil, 2016).

Somente com a observância desses preceitos é que a reparação será plena.

Em nosso ordenamento jurídico brasileiro, a reparação civil pode ocorrer de três formas: 1) aguardar o desfecho da ação penal e, com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória ajuizar a ação civil de reparação de danos; 2) ingressar imediatamente com a ação civil para reparação dos danos ou 3) postular que a própria sentença penal fixe o valor da reparação, desde que o pedido de indenização pecuniária conste na petição inicial do processo penal – denúncia ou queixa-crime (Brasil, 2016).

Importante dizer que os danos civis serão indenizados se houver pedido nesse sentido e desde que haja a comprovação dos valores. Compreendem-se por danos civis: pagamento de pensão aos familiares da vítima de violência no caso de morte (sendo ela provedora do sustento familiar e na existência de dependentes), dano moral (nele compreendido a ofensa à honra e imagem); dano estético, ressarcimento dos valores gastos com medicamentos, tratamentos médicos, dentários ou psicológicos e lucros cessantes (o que deixou de ganhar por estar impedida de exercer suas atividades laborativas) (Brasil, 2016).

O Direito reconhece como responsável pela reparação dos danos o autor da violência.

Nos casos de feminicídio, seja consumado ou tentado, o Estado pode ser chamado a responder se houver culpa ou falta do serviço que deveria ter sido prestado. Como por exemplo: demora demasiada e injustificada na investigação, Poder Judiciário que não analisa a medida protetiva em 48h (art. 18 Lei Maria da Penha), a não fiscalização do cumprimento da medida protetiva, fuga do agressor do estabelecimento prisional com ocorrência de nova agressão, crime cometido por funcionário público, no exercício das suas

funções. Nessas hipóteses deve-se demonstrar a culpa do Estado (Brasil, 2016).

Há, ainda, no âmbito do direito civil, a decretação da separação de corpos e obrigação alimentar que serão analisados quando tratarmos das medidas protetivas de urgência, mas não há como afastar a natureza civil dessas medidas prevista na Lei Maria da Penha.

2.3.2 Aspectos de proteção e prevenção

Como já dito anteriormente, a Lei Maria da Penha destina-se a proteção integral das mulheres em situação de violência e a prevenção de novos atos de violência.

A Lei 13.505 de 2017 ampliou a proteção da mulher em situação de violência, ao estabelecer o direito de atendimento policial e pericial especializado e de forma ininterrupto, preferencialmente por profissionais capacitados no atendimento de violência, em local projetado especialmente para essa escuta e gravado por meio eletrônico ou magnético. É garantindo que não haja contato direto com o suposto autor de violência. Além disso foi de extrema relevância ao buscar evitar a ocorrência da violência institucional, mediante diversas inquirições em órgãos diferentes e também vedando perguntas sobre a vida privada da mulher (Brasil, 2006).

2.3.2.1 Medidas Protetivas

Uma das formas de proteção e prevenção de novas ocorrências é justamente a aplicação das medidas protetivas de urgência, que estão previstas nos artigos 22, 23 e 24 e também nos artigos 9º, § 2º, I e II e 10, III e IV da Lei Maria da Penha.

As medidas protetivas constituem dois conjuntos de ações: um grupo direcionadas às mulheres em situação de violência e outro grupo direcionado aos homens agressores com o intuito de proteção à integridade física, psicológica, patrimonial das mulheres e dos dependentes delas, além da prevenção de que novas violências ocorram (Belloque, 2011).

Por serem medidas cautelares, devem preencher dois requisitos apontados pelos estudiosos do direito para que haja a concessão do pedido de aplicação: o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris* (Cunha, 2014), ou seja, deve haver algum elemento que denote a situação de risco em que a mulher se encontra, de modo que a proteção se faz necessária, e a demonstração de que a demora na concessão da medida pode agravar o risco para a mulher que postula a medida.

A tramitação de tais medidas ocorre em autos independentes (Brasil, 2006), visam afastar um perigo atual ou iminente, concedidas sem prazo de duração e independentemente da existência de um processo criminal.

Tal entendimento é o que deve prevalecer diante da proteção integral da mulher em situação de violência, posto que confere à lei uma interpretação que atenda o assecuramento dos direitos humanos das mulheres nos moldes do artigo 4º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Contudo, alguns aplicadores da lei, para não dizer a maioria, ainda vinculam a medida protetiva à existência de um processo ou inquérito policial principal.

Passinato (2016) aduz que¹⁴:

apesar da legislação não haver estabelecido uma vinculação entre as medidas protetivas e a existência de procedimento criminal, tem sido o entendimento corrente adotado pelo judiciário brasileiro.

Assim, se a mulher em situação de violência apenas desejar ter assegurada a sua integridade física, psicológica ou patrimonial deve, segundo a aplicação e interpretação tradicional da lei, também imputar ao agressor um crime e manifestar o desejo de vê-lo processado criminalmente.

Contudo, muitas vezes a mulher apenas quer cessar a situação de violência, não desejando que o agressor receba punição criminal.

Os aplicadores da lei e todos os que atuam no sistema de justiça, sejam eles juízes (as), promotores (as), delegados (as) e defensores (as), não podem se afastar da finalidade e do espírito da lei, que é justamente, assegurar, de forma mais ampla possível a proteção da mulher em situação de violência, buscando a simplificação dos processos e o desapego de formalidades

¹⁴ Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência, p. 237

exacerbadas, garantindo, assim, o acesso à justiça, nos moldes preceituados por Cappelletti (1988).

Passinato (2016) bem ensina que¹⁵:

são obstáculos que constroem o acesso das mulheres à proteção prevista na lei. Entre os resultados, destaca-se: a vinculação entre as medidas protetivas de urgência e os processos de criminalização da violência doméstica e familiar que revelam a forma tradicional como a justiça aplica a Lei Maria da Penha, desconsiderando seu caráter inovador e abordagem integral que é requerida para a atenção e proteção das vítimas.

De fato, como as medidas protetivas objetivam impedir a violência, sua repetição ou continuação, devem ser concedidas em procedimento simplificado. (Dias, 2015)

As medidas protetivas, sem sombra de dúvidas, constituem um dos principais avanços e são um dos grandes instrumentos de proteção à mulher e seus dependentes em situação de violência doméstica. Como tal, devem cumprir a finalidade para a qual foram criadas.

Passinato et al (2016) observa que¹⁶:

Dadas as características da violência doméstica e familiar (que ocorre predominantemente no espaço privado, quando o (a) agressor (a) se encontra sozinho (a) com sua vítima, que sucede de forma recorrente dada a intimidade e coabitação entre as partes, entre outras características), o relato da situação deve basear-se especialmente nas declarações da mulher, que deve ser orientada a descrever os fatos da forma mais detalhada e completa possível. (...) Entre os profissionais que atendem as mulheres em situação de violência há o consenso que essas medidas representam o maior avanço introduzido pela Lei.

Efetuada o pedido de medidas protetivas, seja perante a autoridade policial, a Defensoria Pública, advogado particular ou Ministério Público, deverá este ser encaminhado ao juiz no prazo de 48 horas (artigo 12, III da Lei Maria da Penha), o qual terá igual prazo para decidir e adotar as medidas de encaminhamento para a rede intersetorial, que entenda necessário (art. 18, I e II Lei Maria da Penha).

¹⁵ Id. Ibid., p. 233

¹⁶ Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência, p. 236 e 237

Nos termos da legislação (Brasil, 2006) as medidas que obrigam o agressor estão no artigo 22 e 24:

Art. 22 Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

Art. 24: Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Já as medidas de proteção direcionadas à mulher em situação de violência doméstica estão descritas nos artigos 23, 9 §2º I e II e 11, III e IV:

Art. 23: Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

- I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
- II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
- III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
- IV - determinar a separação de corpos.

Art. 9º: (....)

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

- I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;
- II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

(...)

- III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

Apesar de ser extenso o rol de medidas, em pesquisa realizada em cinco capitais – Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (Pasinato, 2015), foi constatado que as medidas mais comuns foram a proibição de aproximação e contato do agressor para com a vítima e proibição do agressor frequentar determinados lugares frequentados também pela vítima.

Em recente alteração legislativa, trazida pela Lei 13.641/18 o descumprimento de medida protetiva passou a caracterizar crime próprio, acabando com grande discussão que existia sobre as consequências cabíveis aquele que descumprisse medida judicialmente fixada:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei.

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

§ 1o A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2o Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3o O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis.

Contudo, o mais importante é que tais medidas implicam em um olhar mais amplo que o juiz (a) deve ter ao analisar a situação de violência na qual se encontra a mulher (Pasinato, 2016), inclusive sob o ângulo da perspectiva de gênero.

Para orientar operadores do direito, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo editou a Resolução SSP-2, de 12-1-2017 que institui para a Polícia Civil e Militar um protocolo único de atendimento a ser observado nas ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher e indica no seu anexo fatores de risco que devem ser observados e que denotam maior vulnerabilidade e risco que a mulher estaria correndo.

São considerados fatores de risco (São Paulo, 2017):

1. Histórico de Violência Anterior entre o Mesmo Agressor e Vítima
2. Histórico de Violência pelo Agressor Contra Outras Pessoas
3. Uso de Álcool e/ou Drogas Ilícitas pelo Agressor
4. Transtorno ou Doença Mental pelo Agressor
5. Comportamento Controlador, Ciúmes ou Alegação de Traição
6. Separação ou Tentativa de Separação no Último Ano
7. Disputa Familiar (Por Bens ou Filhos)
8. Presença de Crianças ou Adolescentes no Núcleo Familiar
9. Agressor com Acesso a Arma de Fogo (Profissional de Segurança e Outros
10. Agressor Envolvido com Atividades Criminosas
11. Agressor já Descumpriu Anteriormente Ordem Judicial de Medidas Protetivas de Urgência
12. Vítima com Dependência Econômica
13. Vítima com Fator de Vulnerabilidade (Criança, Adolescente, Idosa, com Deficiência Etc)
14. Vítima sem Parentes Próximos ou Rede de Proteção
15. Vítima Gestante

Muito embora sejam as medidas de protetiva uma das mais importantes inovações da Lei Maria da Penha e uma das melhores formas de fazer cessar imediatamente a violência a que está sendo submetida a mulher, muitos

obstáculos se colocam quanto a aplicação e efetivação das medidas protetivas, tais como: precariedade dos relatos das vítimas e a falta de evidências para que o juiz(a) possa deferir as medidas pleiteadas; morosidade na apreciação do pedido de medidas protetivas formulado; demora em notificar os agressores e as vítimas; descrédito da palavra das vítimas quando postularem a separação de corpos e afastamento do lar (visto como forma de burlar o processo de divórcio nas Varas de Família); falta de monitoramento do cumprimento da medida legal deferida; falta de articulação dos serviços para que seja feito o encaminhamento ao serviço adequado para atender as necessidades da mulher em situação de violência (Pasinato, 2015).

Contudo, esses obstáculos precisam ser vencidos para que haja a real proteção da mulher em situação de violência, usando os meios adequados para fazer cessar uma situação que se perpetua e viola os direitos humanos das mulheres.

Garantir a aplicação e efetivação das medidas protetivas, superando os obstáculos que existem, nada mais é do que garantir às mulheres em situação de violência o acesso à justiça para garantirem o direito fundamental à uma vida livre de violência.

2.3.2.2 Rede de atendimento

Outra forma de proteção criada pela lei é a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011) traça diretrizes nacionais para a “prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência”, trazendo no seu bojo o conceito de rede de atendimento.

Conceitua-se Rede de atendimento como uma (Brasil, 2011):

ação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

Já o artigo 9º *caput* da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) estabelece:

Art. 9º -A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção

Significa dizer que deve haver um conjunto de ações e serviços de diferentes setores (assistência, justiça, segurança pública e saúde) para a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento prestado às mulheres, a identificação e encaminhamento adequados da mulher em situação de violência, com atendimento integral das suas demandas e de forma humanizada (Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha, 2012).

A violência contra a mulher deve ter uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional, não só implicando em um conjunto de serviços, mas também em uma somatória de intervenções, com integração intersetorial (Schraiber et al, 2012).

A rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica está dividida em quatro setores ou áreas principais, que são: 1) saúde, 2) justiça. 3) segurança pública e 4) assistência social.

Cada um desses setores é composto de dois tipos de serviços: a) serviços não especializados de atendimento à mulher (exemplos : hospitais gerais, unidades básicas de saúde, programa de saúde da família, delegacias comuns, promotorias de justiça comuns, varas criminais comuns, dentre outros) e b) serviços especializados de atendimento à mulher (exemplos: serviços de saúde para mulheres, delegacias da mulher, promotorias e Varas especializadas em violência doméstica e Núcleos de Atendimento da Mulher existentes na Defensoria Pública e na Assistência Social).

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011) elenca que a rede de atendimento é composta dos seguintes serviços especializados: 1) Centros de Referência, 2) Casas-Abrigo, 3) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 4) Defensorias da Mulher, 5) Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 6) Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 7) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social

(CREAS), 8) Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor, 9) Polícia Civil e Militar, 10) Instituto Médico Legal e 11) Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual (Brasil, 2011).

Para que haja o efetivo respeito aos direitos humanos das mulheres e a proteção integral das necessidades da mulher em situação de violência doméstica é preciso que todos os setores (saúde, justiça, segurança pública e assistência social) e todos os serviços (especializados ou não especializados) atuem de forma integrada e articulada, nos moldes do que estabelece a Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011) a Lei Maria da Penha artigo 9º (Brasil, 2006).

Contudo, conforme os estudos indicam, isso não parece ocorrer, sendo este um dos principais desafios a ser superado.

Em pesquisa realizada sobre Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça – Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais (CEPIA, 2013) constatou-se que¹⁷:

De um lado encontram-se serviços de atendimento psicossocial, saúde, casas abrigo desestruturados e com grandes dificuldades de dar atendimento para as mulheres em situação de violência. De outro lado, estão delegacias da mulher, juizados de violência doméstica e familiar, promotorias, defensorias especializadas que muitas vezes atuam de forma isolada tradicional, com dificuldades de compreender os benefícios da integração para os bons resultados que todos podem obter e, principalmente para facultar o acesso à justiça e aos direitos para todas as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Embora existam diversos serviços de atendimento, há uma tendência muito grande dos serviços de atendimento atuarem isoladamente, não conhecendo uns aos outros, não sabendo quais são as atribuições e a especialidade de cada um, dentro de um mesmo território. Assim, não é possível dar o adequado encaminhamento à mulher para o atendimento das demandas que ela apresente. Segundo Schraiber et al (2012):

O caminho que conduz a essa integração esbarra, porém, na diversidade interna dos conhecimentos estruturados em disciplinas específicas, assim, como dos

¹⁷ Cepia. Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça. P. 96

compromissos e projetos profissionais, muitas vezes respondendo a interesses corporativos bastante particulares em cada campo de atuação (...) Lidar com essas mulheres, em razão da própria complexidade de determinação e amplo leque de variações das situações de violência, seja em função dos tipos e gravidade de atos sofridos, ou de agressores envolvidos, requer assistências diversas e complementares, demandando atenção em rede para produzir respostas eficientes. Além disso, o modo como cada mulher em situação de violência lidará com essa situação também responde a outras ordens de complexidades, dados pelos contextos sociais, comunitários ou familiares em que estão vivendo essas mulheres, em conexão com as possibilidades e limites individuais com que cada mulher reconhecerá e contornará suas vulnerabilidades.

A pesquisa já mencionada (CEPIA, 2013) reforça a existência das dificuldades de atendimento integral da mulher. Aponta esta que a ausência de serviços ou distância deles ao o local de moradia da mulher, desconhecimento pelo(a)s juíze(a)s dos encaminhamentos que precisam que podem e devem realizar, falta de especialização de profissionais que se encontram à frente do sistema de justiça acarreta sérios prejuízos à mulher em situação de violência doméstica.

Na mesma esteira segue o estudo realizado por D'Oliveira e Schaiber (2013) no sentido de que:

muitas dificuldades ainda persistem quanto à qualidade da assistência oferecida em cada serviço e a capacidade do bem responder à busca por ajuda por parte das mulheres em suas rotas para lidar com a violência que experimentam, quanto à articulação dos serviços entre si.

E continuam as autoras e pesquisadoras ao indicarem que a rede de serviços depende da articulação das ações e dos agentes do trabalho, no sentido de que cada profissional e cada setor assistencial tem uma contribuição específica, devendo atuar pela defesa dos direitos humanos e sociais e o estabelecimento de relações interpessoais livres de violência. Assim, todos formariam uma verdadeira rede de proteção de direitos⁴⁰.

Entretanto, não é o que ocorre na prática, como bem pontuaram as autoras Kiss, Schaiber e D'Oliveira (2007)¹⁸:

a comunicação entre serviços públicos e organizações não governamentais e os serviços públicos entre si se dá, quase que exclusivamente, pela via do encaminhamento individual de cada cliente. O percurso da mulher pelos diferentes serviços não é acompanhado e os fluxos assistenciais não são pensados em função dos casos. Em síntese, racionalidades operacionais diversas e conflitantes convivem neste conjunto de serviços, reforçando a inexistência de um projeto comum e obstaculizando eventuais interfaces e o compartilhamento de valores. Assim, o esforço da construção de uma rede teria de projetar-se em um duplo sentido. Um primeiro, o de ajustar definições e projetos, unificar campanhas e discussões e produzir assistência em conjunto. Um segundo sentido seria de construir a interação/comunicação interinstitucional.

Segundo Pasinato (2015), o que ocorre na prática é que os encaminhamentos e atendimentos dependem do “perfil” do(a) profissional, seja ele(a) delegado(a), juiz(a), promotor(a) de justiça, defensor(a) público e respectiva equipe multidisciplinar, de forma que:

o acesso das mulheres aos seus direitos seja condicionado por uma maior ou menor sensibilidade do profissional e conhecimento sobre a gravidade do problema da violência de gênero
(...) o principal problema a ser enfrentado para assegurar o acesso das mulheres à justiça: como modernizar o sistema de justiça para que ele possa dar respostas efetivas para as mulheres, reformulando seus procedimentos, criando novas dinâmicas para os fluxos de documentos e pessoas entre as diferentes instituições que o formam, promovendo a articulação entre o sistema de justiça-segurança e os demais serviços que devem compor a rede de atendimento intersetorial e multidisciplinar?

A mesma pesquisa, realizada em cinco capitais (CEPIA, 2013), indica algumas alternativas a esse problema: 1) promover a formação de grupos de trabalho intersetoriais em que setores e serviços possam conhecer o tipo de atendimento que cada serviço realiza, 2) participação de órgãos de coordenação e gestão das políticas de gênero nas Polícias, no Judiciário, no

¹⁸ Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência, p. 11

Ministério Público e Defensoria Pública, 3) adoção de protocolos de trabalho e normas técnicas para a padronização de procedimentos para agilizar fluxos de pessoas e documentos, gerando a otimização de recursos humanos e materiais, 4) criação de estruturas necessárias e formação de recursos humanos suficientes para o atendimento da demanda e capacitados na questão de gênero.

É de suma importância que os serviços se conheçam e atuem em conjunto e de forma complementar para o adequado encaminhamento e atendimento de forma qualificada, especializada e não revitimizadora, atuando como uma verdadeira rede de atendimento integral.

Significa um enorme desafio, como observa Pougy (2010), mas possível de ser alcançado se houver:

as construções da intersetorialidade e da interjurisdicionalidade, nas quais não existam hierarquias entre os setores e jurisdições, mas sim, a concentração de forças na universalização do acesso aos direitos humanos, como forma de contribuir na ampliação dos espaços de direitos a ter direitos.

2.3.2.3 Atendimento do autor de violência

Seguindo a esteira do que determina o Plano Nacional (Brasil, 2011) e a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), além de prever a articulação em rede e o atendimento especializado às vítimas de violência doméstica e familiar (iniciativas de proteção e atendimento), traça-se diretrizes nos âmbitos da prevenção (ações educativas e culturais para disseminar valores de igualdade de gênero), combate (ações para possibilitar a responsabilização do agressor em âmbito penal) e de respeito aos direitos humanos das mulheres (iniciativas de empoderamento) a serem difundidas na sociedade, em sua totalidade.

O artigo 35, V e o artigo 45 são específicos sobre o homem autor de violência:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

- II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - centros de educação e de reabilitação para os agressores

Quando da execução das penas, nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Convém ressaltar quem, embora existam diversos serviços de atendimentos para as vítimas (tais como delegacias especializadas, casas abrigo, centros de referência e atendimento jurídico) que, como visto, não atuam satisfatoriamente, posto que não agem de maneira integrada e articulada, com relação aos autores de violência a situação é ainda pior, pois pouco ou nenhum espaço há para os homens envolvidos na situação de violência tenham efetiva ressocialização após sua punição, prevenindo-se assim novas ocorrências de violência.

Pouco ou quase nada foi implantado quando se pensa em política pública voltada para homens autores de violência doméstica. O movimento de mulheres reivindicou a princípio a atenção às mulheres em situação de violência, e logrou que fossem criadas delegacias especializadas, casas abrigo, etc.

Atualmente o próprio movimento e a sociedade como um todo começam a trazer luz ao tema da masculinidade e da necessidade de espaços em que os homens possam repensar o significado de ser homem e o uso da violência como forma de poder, dominação e o machismo em nossa sociedade.

No Brasil, a experiência com grupos de homens envolvidos em situação de violência teve início na segunda metade dos anos 90 (Cepia, 2016). Na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), há a previsão expressa nos artigos 35, V e 45 e, no ano de 2011, a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) da

Presidência da República lançou o documento “Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores” (Brasil, 2008) que preceitua:

Os Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor devem buscar o questionamento das relações de gênero que tem legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores.

Em recente estudo do Instituto Ford e Cepia (2016) foi constatado que, das vinte e sete capitais do Brasil, apenas dez possuem algum tipo de serviço de atendimento ao homem.

Não obstante o artigo 5º da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres – CEDAW (Brasil, 2002) , estabeleça o dever dos Estados de tomar medidas para modificação de padrões sócio-culturais de gênero, não houve muitos avanços nesta área:

Art. 5º: Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para: a) modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias, e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.

Importantes são as observações trazidas pela pesquisa realizada pelo Cepia com apoio Instituto Ford (2016) sobre os serviços para homens envolvidos em violência doméstica.

Dentre as várias transformações que o campo da violência contra as mulheres vem adquirindo no Brasil, cabe ressaltar a importância atribuída ao tipo de resposta que deve ser direcionada aos homens que são autores dessas violências, motivando discussões sobre os investimentos públicos na reeducação e responsabilização desses agentes, assim como em iniciativas que os mobilize como parceiros na luta contra a violência contra as mulheres. Nas últimas décadas, no contexto internacional e nacional, surgiram organizações que trabalham especificamente com essa agenda bem como estudos e pesquisas sobre a construção social da masculinidade atrelada ao exercício do domínio sobre a mulher. Muitos desses trabalhos adotam uma perspectiva de gênero que permite problematizar a construção social da masculinidade (cada vez mais tratada como masculinidades) e a desigualdade estrutural de poder com base em gênero. Do ponto de vista

institucional, a Lei Maria da Penha oferece uma resposta a essa nova agenda focada em buscar formas mais efetivas de responsabilização dos homens autores de violência e que são denunciados nos processos judiciais. (...)

Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Avon e Datapopular (2013), mostra que dos entrevistados (1.000 homens em 50 municípios das 5 regiões do Brasil urbano) 41% conheciam homens que tiveram atitudes violentas contra mulheres, mas apenas 16% disseram ter tido qualquer atitude violenta com a atual parceira ou ex.

Tal dado demonstra a dificuldade que o próprio homem tem de enxergar o problema, ou seja, de que certos atos que pratica constituem violência, pois quando nomeados os atos violentos tais como: xingar, humilhar, empurrar, dar um tapa, dar um soco, impedir a mulher de sair de casa, o número de homens que reconhece ter praticado violência passa para 56%, de acordo com a pesquisa acima citada.

Ainda no âmbito de tal pesquisa, do total de entrevistados, 68% disseram que aceitaram participar de algum programa para mudança de comportamento caso tivessem problemas no relacionamento em razão de agressividade.

Isso demonstra que há uma demanda pela existência de serviços de atendimento, que ainda é incipiente, como demonstrado na pesquisa Instituto Ford/Cepia.

Como bem aduz Cristiane Brandão Augusto (2016):

Por não ser a violência de gênero em âmbito familiar e doméstico um fato unicamente criminal, já que envolve relações pessoais e íntimas/familiares, o conflito se mostra muito mais complexo e particular, não se encaixando em padrões de decisão de escala industrial, formatados num modelo de ritualística processual frio e cartesiano, nem se contentando com as respostas penalistas que nossa legislação atual é capaz de fornecer

Desta forma, a criação de políticas públicas para abranger todos os integrantes do núcleo familiar em conflito é também um dos principais desafios da lei, o qual ainda demanda implementação.

2.4 Obstáculos para a mulher em situação de violência acessar o sistema de justiça

Como visto, entre o acontecimento do ato violento por um parceiro ou familiar e o estabelecimento de um processo criminal, a mulher percorre um longo caminho. O primeiro obstáculo a ser superado é:

2.4.1 Reconhecimento da violência pela própria mulher

A violência por parceiro íntimo é um fenômeno muito particular, pois decorre de partes que possuem ou já possuíram um vínculo afetivo ou familiar e se desenvolve ao longo de anos a fio.

Scarance (2015) bem afirma que¹⁹:

Muitos anos se passam – ou muitos episódios de violência ocorrem – até que a vítima de violência doméstica rompa o silêncio do lar sagrado. E somente o faz quando a situação chega a um limiar de insuportabilidade, quando há risco de morte ou quando não consegue romper a relação afetiva sozinha.

De fato, em geral, por estar a mulher inserida em uma relação afetiva, muitas vezes demora para perceber ou mesmo deseja não enxergar que vive em uma relação abusiva e que a violência está inserida neste contexto.

Bandeira (2014) muito bem descreve ao dizer que:

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem.

Mesmo nas situações em que a violência é grave e a mulher percebe o ocorrido como violência, muitas vezes, por haver medo, isolamento,

¹⁹ Lei Maria da Penha, p. 119.

dependência e também vergonha, ela não vê alternativas ou maneiras de deixar essa relação.

Importante dizer que, como as partes possuem uma relação afetiva, nem sempre somente a violência impera.

Na verdade, há basicamente três fases que se alternam em um ciclo perverso.

Este fenômeno amplamente observado tornou-se objeto de estudo da psicóloga Leonore Walker, que criou a teoria do ciclo da violência, como citada por Porto (2004):

A teoria do ciclo da violência doméstica, desenvolvida pela psicóloga norte-americana Leonore Walker em 1979 aponta que nem todos os momentos do relacionamento são marcados pela agressão à mulher (...). Esse ciclo caracteriza-se por três momentos marcantes: a fase de tensão, caracterizada por insultos, humilhação e provocações mútuas; o episódio agudo de violência, marcado pelos diferentes tipos de agressões; e a fase da lua-de-mel, em que o casal realiza promessas mútuas, ocorre uma idealização do parceiro e negação da vivência da violência.

Percebe-se que a intensidade das agressões e o intervalo entre os ciclos se estreita com o passar do tempo. Significa dizer que a violência aumenta de intensidade e passa a ser cada vez mais frequente, colocando em risco a vida e a saúde da mulher.

Segundo Paixão, Gomes e Diniz (2014):

É muito comum que esse ciclo se repita, cada vez com maior violência e menor intervalo entre as fases, desencadeando problemas para a saúde da mulher, de diversas dimensões e complexidade, que vai desde lesões físicas, com hematomas, até aquelas relacionadas com aspectos psicoemocionais, tal como a depressão e o suicídio. Nesse sentido, os profissionais que atuam na atenção primária à saúde tem locus privilegiado de atuação, visto que estão em grande proximidade com a comunidade, o que favorece a identificação de agravos como a violência doméstica.

A mulher em situação de violência sente vergonha, temor de novos atos violentos e impotência. Além disso, o medo de reviver o trauma, a inversão da culpa, a dependência econômica e emocional, a violência institucional e a

crença na mudança do parceiro são grandes fatores que a desencorajam de tomar a decisão de deixar a relação abusiva.

Assim, há uma enorme barreira a ser vencida pela mulher que decide sair de uma relação abusiva e violenta: superar a invisibilidade da violência pela própria vítima, ou seja, é necessário que a mulher que está em situação de violência reconheça-se como tal.

Reconhecer a relação abusiva e romper o ciclo de violência, que dura em média dez anos, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (Dias, 2015), não é fácil e apenas uma pequena parcela chega a conhecimento dos organismos estatais.

Muitas vezes a mulher não se dá conta sozinha de que está em uma situação de violência. Precisa se fortalecer e, para isso existe tanto a rede de apoio (família, amigos e comunidade) a quem a mulher se socorre e os serviços preceituados pela Lei Maria da Penha para atender, fortalecer, orientar e acolher essa mulher em situação de violência doméstica.

Em suma, até aqui, a mulher em situação de violência doméstica precisa criar mecanismos para reconhecer que está sofrendo violência doméstica, seja por sua própria rede de apoio ou por serviços à sua disposição que a auxiliem na difícil tarefa de romper o ciclo de violência.

2.4.2 Romper o silêncio e decidir comunicar a violência sofrida para as autoridades policiais

Após reconhecer a situação de violência, há ainda outra questão crucial que ela precisa decidir: a) se comunica o caso às autoridades, registrando um boletim de ocorrência e dando início a um inquérito penal para que o autor possa vir a ser processado e punido criminalmente; b) se fica em silêncio, ou c) se busca ajuda da rede de apoio informal (família, amigos e comunidade) ou se busca ajuda da rede psicossocial especializada em violência contra a mulher.

Importante pesquisa realizada por Kiss et al (2012), entre 2000 e 2001, com amostra de mulheres no município de São Paulo e Zona da Mata de Pernambuco, constatou que a maioria das mulheres em situação de violência praticada por parceiro íntimo contou a experiência para um membro da família

(47.8% em São Paulo), amigos ou vizinhos (33.8% em SP), família do parceiro (17.3% em SP), sendo que apenas 10.6% das mulheres da cidade de São Paulo contaram os fatos para a polícia, profissionais da saúde e agentes religiosos. Diversos estudos mostram que a primeira revelação tende a ser para familiares, amigos e conhecidos e serviços formais são procurados quando a mulher percebe a sua situação como mais grave ou percebe que sua rede informal é fragil.

De fato, grande parte da violência doméstica acaba não aparecendo nos números e estatísticas do sistema de justiça, segundo Augusto (2016)²⁰:

(...) existe uma parcela considerável de mulheres em situação de violência, numericamente desconhecida, que prefere recorrer aos mecanismos de resolução de conflitos informais ou que, simplesmente, prefere o ocultamento da informação, guardando a agressão em seu mais profundo sigilo – por medo, coação, vergonha e tantos outros sentimentos de humilhação e constrangimento. De qualquer modo, ambas as atitudes contribuem para a chamada cifra oculta ou dark figure, ou seja, para as subnotificações.

Caso a mulher em situação de violência opte pelo silêncio, há o prazo de 06 meses, da data do crime até a ocorrência da perda do direito de manifestar o desejo de ver o autor ser processado (em decorrência da decadência, prevista no artigo 107, IV do Código Penal e artigo 38 do Código de Processo Penal). Tal perda do direito somente ocorre no caso dos crimes de ameaça, estupro quando a vítima é maior de 18 anos, dano e crimes contra a honra.

Sendo o crime de lesão corporal, o prazo é de até 08 anos da data do fato até a comunicação às autoridades para que o Estado possa exercer seu direito de punir o agressor (artigo 109, IV do Código Penal).

Contudo, o grande problema que surge com o decurso do tempo é a perda da prova da materialidade do crime, ou seja, das marcas da lesão, em especial se ela for leve, que é a grande maioria dos casos que tramitam nas varas de violência doméstica.

O silêncio, seja ele motivado pela vergonha ou medo, funciona como um grande obstáculo que faz com que a violência doméstica seja subnotificada,

²⁰ Violência Contra a Mulher e as Práticas Institucionais, p. 37

conforme já mencionado anteriormente, apenas 10% das ocorrências chegam às autoridades (Terra et al, 2015).

Segundo as autoras Terra, D'Oliveira e Schaiber (2015), a vergonha decorre do fato de sofrer violência, ter que revelar que o matrimônio fracassou ou ser identificada como uma “*mulher sem vergonha*” por sofrer violência e não tomar nenhuma atitude. Isso faz com que muitas mulheres em situação de violência se calem e não acessem as redes de proteção. Significa dizer que a vergonha aumenta o silêncio sobre a violência, causando isolamento e culpa pelas agressões sofridas.

As autoras ainda refletem que o medo é outro obstáculo a ser vencido, seja das ameaças sofridas, seja de que outras pessoas descubram o que ocorre no interior do lar ou mesmo de que o sistema de justiça seja ineficaz na proteção dos direitos delas e é intensificado quando não há apoio da família, da comunidade e das instituições de segurança (Meneghel, 2011), que muitas vezes desacreditam no relato da mulher, desestimulando ainda mais a procurar ajuda.

E concluem que reconhecer o medo e a vergonha e descrença nas instituições como óbice para cessar a violência doméstica é dever de toda a sociedade, sendo um primeiro passo para que seja reduzida a vulnerabilidade das mulheres (Meneghel, 2011).

Se houver a decisão de denunciar o caso aos órgãos de repressão do Estado, ou seja, Delegacias de Polícia, um novo percurso se abre para a mulher em situação de violência doméstica.

Significa ir pessoalmente a uma delegacia de polícia comum ou à delegacia da mulher mais próxima para registrar a ocorrência. Há ainda a opção de ligar 190 e acionar a polícia militar, no caso do crime estar acontecendo ou ter acabado de ocorrer (flagrante delito), mas ainda assim, após o atendimento da ocorrência, a polícia militar irá encaminhar a mulher a uma delegacia para registro da ocorrência.

A primeira porta que a mulher em situação de violência doméstica bate quando pensa em sistema de justiça é a Delegacia, seja ela comum ou especializada no atendimento da mulher em situação de violência doméstica.

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2011):

Delegacias das Mulheres são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica (...) devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito dos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito

Aqui encontramos algumas barreiras ao acesso à justiça. Nos dizeres de Pasinato e Adorno (2010):

As agências policiais são o primeiro contato com vítimas, testemunhas, possíveis agressores com os operadores do sistema de justiça criminal. E, tese, todo o registro policial deveria ensejar a instauração de correspondente investigação. Na prática isso não acontece. Em todo o mundo, a investigação cobre tão somente parte das ocorrências que chega ao conhecimento da autoridade policial

Em geral, os serviços especializados – delegacias da mulher – não funcionam 24h por dia e as delegacias comuns recusam-se a atender os casos de violência doméstica, orientando a vítima a procurar o serviço especializado no horário comercial de segunda à sexta-feira. Tal conduta, além ferir os direitos e garantias assegurados à mulher em situação de violência, podem ceifar a vida da vítima que, em muitos casos, precisa voltar para a mesma casa onde está o autor da violência.

Na cidade de São Paulo há apenas uma Delegacia de Mulher que funciona em regime ininterrupto (24horas/7dias), o que somente passou a ocorrer em agosto de 2016.

Scarance (2015)²¹, afirma que a chegada da vítima na Delegacia é um momento crucial para ela:

a vítima, quando é atendida por um órgão policial na rua após a prática do delito, ou quando se dirige a um estabelecimento policial para noticiar o crime, alimenta grande expectativa em relação ao que lhe será fornecido. Mas a experiência normalmente é frustrante. Há uma grande diferença entre o anseio da vítima, vinculada a um só caso, para ela especial, significativo, raro e o interesse da autoridade ou do agente policial que tem naquele fato

²¹ Lei Maria da Penha, p. 207

um a mais de sua rotina diária, marcada muitas vezes por outros de bem maior gravidade.

De fato, esse é um momento de muita importância, que pode levar a mulher em situação de violência a deixar de noticiar às autoridades o fato ocorrido e impedirá, assim, a eventual punição do autor de violência.

Por isso, é muito importante que no momento em que a mulher leva seu caso de violência para a esfera das instituições é essencial que haja uma escuta qualificada, ou seja, realizada por profissionais com formação nas questões de gênero e que entendam o contexto no qual a violência doméstica ocorre, como observa Cristiane Brandão Augusto (2016):

o contexto social em que ocorre a violência de gênero com frequência leva as vítimas a se sentirem corresponsáveis pelas agressões sofridas. Tal sentimento torna mais difícil narrar o problema junto aos serviços de atendimento – Delegacias, Defensorias, Juizados –, uma vez que se trata da exposição íntima de algo que, devido a esse sentimento equivocado de culpa, pode ser motivo de vergonha para a vítima que busca auxílio. Desse modo, é determinante que o primeiro contato com a Rede de proteção, que não raro acontece na Delegacia de Polícia, inclua um acolhimento capaz de permitir que essa mulher se sinta de fato titular de seus direitos, legitimando sua ação no sentido de romper com o ciclo de violência a que estava sendo submetida. Para tanto, é necessário que as equipes responsáveis pelo atendimento sejam efetivamente preparadas conforme já mencionado acima, com formação específica na temática da violência de gênero, com a finalidade de evitar que as práticas institucionais, em regra bastante permeadas pelos valores patriarcais e autoritários vigentes em nossa cultura, constituam apenas mais uma instância de violação de direitos humanos da mulher.

Além de se sentir pouco acolhida pelos profissionais das instituições ou mesmo desconfiarem que não serão bem atendidas nas instituições, seja por experiência própria, seja por relato de conhecidos ou mesmo através de constantes informações veiculadas nas mídias, há questões de ordem econômica que funcionam como obstáculos para que a mulher em situação de violência leve seu caso às autoridades. Pasinato (2016)²² ao tratar das medidas protetivas de urgência coloca que:

²² *Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência*, p. 244 - 245

Além dos obstáculos colocados pelos serviços, há também que se considerar os obstáculos econômicos, uma vez que a ida à delegacia e a outros serviços exigem gastos com transporte e alimentação (...) e também prejudicam aquelas que acabam perdendo o dia de trabalho. Em média, as mulheres esperam de duas horas e meia a três horas para completarem o atendimento nas delegacias. Esses fatores não são levados em consideração por quem faz o atendimento, uma vez que não há qualquer preocupação em tornar essa permanência mais rápida e o fluxo mais simples, evitando que a mulher tenha que retornar ao serviço outras vezes na tentativa de concluir o atendimento. Muito menos se considera que esse é apenas o primeiro passo que a mulher está dando na busca por ajuda institucional, e o máximo que ela obterá nesse processo é um documento com pouca efetividade para sua proteção.

Desta forma, ao procurar os serviços disponíveis, a mulher pode estar sujeita a sofrer nova agressão: a violência institucional.

Conceitua-se violência institucional como (Brasil, 1994):

aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos (...) É perpetrada por agentes que deveriam garantir uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos. A violência institucional compreende desde a dimensão mais ampla, como a falta de acesso aos serviços e má qualidade dos serviços prestados, até expressões mais sutis, mas não menos violentas, tais como os abusos cometidos em virtude das relações desiguais de poder entre profissional e o usuário.

O depoimento prestado pela mulher muitas vezes não é levado a sério, seja quanto a gravidade ou a periodicidade. Preconceitos vêm à tona e a cultura machista desqualifica o relato da mulher em situação de violência doméstica, a qual tem sua credibilidade colocada em cheque pelo sistema que deveria acolher e protegê-la.

Parte-se de uma visão “preconceituosa de que a mulher ‘informada sobre direitos’ não é uma verdadeira demandante de direitos, mas uma mulher manipuladora e que usar a justiça para se vingar de seu parceiro” (Pasinato, 2016).

O medo de vivenciar a violência institucional faz com que muitas mulheres deixem de procurar os serviços especializados para relatarem as violências sofridas.

Podemos dizer que a violência institucional desestimula e desencoraja a mulher em situação de violência a denunciar o autor, pois não basta ser violentada (qualquer que seja o tipo de violência), ela tem ainda o ônus de demonstrar que sua palavra merece credibilidade.

Na lógica do Direito Penal a palavra da mulher não é reconhecida, se fazendo necessário que ela traga testemunhas para convencimento aos operadores do direito sobre a violência sofrida ou a situação de vulnerabilidade e risco a que está submetida (Pasinato, 2016).

O artigo 12 da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) estabelece como será o procedimento quando um caso de violência doméstica chega a conhecimento da autoridade policial.

Nos termos do referido artigo (Brasil, 2006), a autoridade policial deverá ouvir a ofendida, colher a representação, nos crimes que exigem tal instrumento, colher as provas existentes, tais como depoimento do agressor e das testemunhas, além de determinar que se proceda o exame de corpo de delito e outros exames necessários nos crimes que deixam algum tipo de vestígio.

Além disso, a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) elenca no artigo 11 as medidas que a autoridade policial tomará em favor da vítima:

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

2.4.3 Produção de indícios de autoria e materialidade na fase do inquérito policial

Neste momento, novos obstáculos deixam para traz diversas vítimas pelo caminho. A experiência prática no exercício da judicatura na Vara de Violência Doméstica por mais de cinco anos mostrou que muitas não comparecem ao Instituto Médico Legal por falta de dinheiro para a passagem, por não ter com quem deixar os filhos ou mesmo por não compreender a importância de tal exame para a caracterização do crime de lesão corporal. Segundo Villela (2011):

(...) os serviços de segurança pública também não estão adequados para acolher uma mulher que vivenciou uma situação de violência. Ambientes impessoais e sem privacidade não contribuem para que uma mulher possa refletir sobre a sua experiência de modo a elaborar o ocorrido e não se sentir culpada ou tornar-se vítima, e conseguir romper o ciclo da violência; o funcionamento das DDM apenas em horário comercial dificulta a denúncia por mulheres que trabalham e impede que esse recurso seja acionado nos períodos em que concentram a maior parte dos episódios de violência, noites e finais de semana (mota e col., 2008) (...). O limite de horário de funcionamento pode desestimular e contribuir para postergar ainda mais a denúncia.

Durante a fase policial, como acima visto, após a oitiva da vítima, das testemunhas (se houver), do averiguado (apontado como autor da infração) e da realização de exames periciais (laudo do IML, laudo sexológico para os crimes sexuais, vistoria no local dos fatos para incêndio ou dano) o delegado(a) de polícia faz um relatório e encaminha o inquérito policial para o juiz(a), o qual, remete ao Ministério Público, nos termos dos artigos 6º e 10 do Código de Processo Penal.

Aqui, novamente, uma parcela significativa de crimes não é levada à diante, deixando de se tornarem processos.

Mesmo após a comunicação do fato à autoridade policial, oitiva da vítima, oitivas de testemunhas e exames periciais, pode ser que o Ministério Público, autor da ação penal na maioria dos crimes de violência, entenda que

não há elementos de prova suficientes, pedindo ao juiz o arquivamento do inquérito policial.

Depois de arquivado os autos de inquérito policial pelo juiz, por falta de base probatória suficiente para a denúncia, somente poderá haver o desarquivamento do inquérito caso surjam novas provas.

Temos aqui um novo obstáculo, pois, apesar de ter sofrido a violência, decidido romper o ciclo e o silêncio, feito o registro do boletim de ocorrência, ser instaurado o inquérito policial, pode ser que tal fato não venha a dar origem a um processo penal por falta de provas na fase policial.

Assim, há casos em que, mesmo que tenha ocorrido o crime, não sejam produzidas provas suficientes que levem o Ministério Público a dar início ao processo penal.

Nos crimes de ação penal privada (tais como dano, injúria, calúnia e difamação) é necessário que a ofendida contrate um advogado particular para a propositura da queixa-crime ou procure a defensoria pública, caso não possua recursos. O processo penal somente se iniciará se houver iniciativa do advogado ou defensor público da vítima (Brasil, 1940).

Já nos casos de ação penal pública condicionada à manifestação de vontade da ofendida (ameaça e estupro da vítima maior de 18 anos) para o prosseguimento do inquérito é necessário que a vítima diga expressamente que deseja ver o autor do crime processado e prazo para que ela o faça é de até seis meses após os fatos (Brasil, 1940).

A grande maioria dos crimes praticados no contexto de violência doméstica é processada mediante ação penal pública incondicionada.

Significa dizer que é o Ministério Público quem decide se há ou não elementos para a propositura da ação penal e oferece a denúncia, nos casos em que entenda que há provas suficientes, inclua-se aqui a lesão corporal de natureza leve.

Assim, caso o Ministério Público entenda que há elementos suficientes da ocorrência do crime e de quem o praticou, nos casos de ação penal pública incondicionada ou condicionada a representação, tendo essa sido efetivada pela vítima, oferece a denúncia. No caso de ação penal privada, a vítima, através de advogado ou defensor público, deve apresentar a queixa-crime.

2.4.4 Oferecimento e recebimento da denúncia ou queixa-crime

Começa-se aqui o processo penal propriamente dito, com o recebimento pelo(a) juiz(a) da denúncia ou queixa.

No caso do oferecimento da denúncia ou queixa-crime, o(a) juiz(a) também funciona como filtro, caso entenda que a denúncia ou a queixa-crime é inepta, por não preencher os requisitos legais do artigo 41 do Código de Processo Penal (Brasil, 1940)., ou seja, se a denúncia ou queixa-crime não contiver a descrição minuciosa do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como trazer elementos de qualificação e identificação do acusado, poderá ser rejeitada.

Caso o juiz(a) entenda que não estão presentes os requisitos acima indicados, deverá rejeitar a denúncia ou queixa-crime, artigo 395 do Código de Processo Penal (Brasil, 1940).

Sendo recebida a denúncia ou queixa-crime, inicia-se o processo penal, propriamente dito.

2.4.5 Ratificação do recebimento da denúncia ou queixa e prosseguimento do processo

O(a) juiz(a) analisará a defesa preliminar apresentada e, se entender não ser possível a absolvição sumária do réu (artigo 397 do Código de Processo Penal), ratifica o recebimento da denúncia e designa audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 399 do Código de Processo Penal (Brasil, 1940).

Aqui, novamente o juiz(a) funciona como filtro. Caso entenda que a defesa preliminar deve ser acolhida e o acusado deve ser absolvido de plano, profere uma sentença penal absolutória e encerra o processo. Somente agirá desta forma se ocorrer qualquer das hipóteses de absolvição sumária previstas no artigo 397 do Código de Processo Penal (Brasil, 1940).

Não sendo o caso de absolvição sumária, o processo terá continuidade com a designação da audiência de instrução e julgamento.

Ao final da instrução probatória, é proferida a sentença penal condenando ou absolvendo o réu, da qual cabe recurso aos tribunais superiores.

Portanto, podemos concluir que para que os inquéritos objeto desta pesquisa chegassem a processos muitos obstáculos foram superados:

- i) a mulher em situação de violência doméstica reconheceu que estava em uma relação violenta e abusiva, teve a coragem de romper com o ciclo da violência, decidiu não permanecer em silêncio e denunciou o fato às autoridades policiais;
- ii) a autoridade policial registrou o fato criminoso, lavrou o boletim de ocorrência e instaurou o devido inquérito policial;
- iii) foram produzidas provas suficientes no inquérito policial para levar o Ministério Público, através do(a) promotor(a) de justiça, propor de ação penal (crimes de ação penal pública incondicionada ou condicionada a representação) ou a mulher buscou advogado particular ou defensor público para propor a queixa-crime (crimes de ação penal privada)
- iv) a denúncia ou queixa-crime foi recebida pela Juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste, ou outro magistrado(a), que tenha me substituído em algum momento, que atuou ativamente como filtro, entendendo que havia indícios de materialidade da ocorrência do crime e de autoria de que o apontado pela acusação era quem praticou a infração penal imputada;
- v) o processo não foi arquivado ou extinto sumariamente, mais uma vez atuando como filtro o(a) Juiz(a) da Vara da Violência Doméstica Oeste atuante no momento da análise da defesa preliminar apresentada pelo acusado.

Percebe-se que uma longa jornada é percorrida desde a ocorrência do fato até que tenha início o processo criminal e maior ainda é o caminho até a prolação de uma sentença.

Em suma: os processos analisados na presente pesquisa são todos que venceram os obstáculos acima narrados e estavam em curso nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, na Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste de São Paulo, data da coleta dos dados.

Significa reconhecer que essa mulher em situação de violência teve acesso à Justiça na medida em que a violação do direito por ela alegado (direito a uma vida livre de violência) foi submetida ao Poder Judiciário para

recomposição do direito violado a fim de haver a punição do acusado, caso tenha sido este considerado culpado.

Lembrando-se que a punição é apenas um dos desfechos possíveis para a violência doméstica e de forma isolada não resolve, por si só, o problema da violência doméstica e familiar, que é complexo e de múltiplas causas e por isso não pode ser resolvido por uma única esfera.

Não podemos nos esquecer que a própria Lei Maria da Penha é tida como um marco legislativo que traz em seu corpo justamente as medidas de caráter não criminal, colocando luz nas questões de gênero e ratificando o compromisso de tratar a violência com medidas integradas de proteção e prevenção, envolvendo todos os níveis governamentais e não governamentais (Augusto, 2016), sendo o Poder Judiciário apenas uma das engrenagens desse mecanismo para erradicação da violência e mudança de uma cultura que a naturaliza e invisibiliza.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivos Gerais

Conhecer o perfil das mulheres e dos processos em curso na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste da cidade de São Paulo e a forma como se distribuem os processos e os serviços de saúde, assistência social e justiça na região de estudo.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever a distribuição espacial do local de moradia, por distrito, das mulheres atendidas na Vara
- Descrever a distribuição espacial das mulheres moradoras da região da Vara de acordo com características sócio demográficas
- Descrever características dos processos em tramitação nos meses de janeiro e fevereiro de 2016
- Descrever a distribuição espacial dos serviços de saúde, assistência social e justiça existentes na região de estudo.
- Comparar se há diferenças entre as mulheres que tinham processo em tramitação em janeiro e fevereiro de 2016 e das mulheres residentes em cada distrito da região de estudo
- Comparar se há diferenças entre as taxas de mulheres que acessaram o sistema de justiça e as taxas de identificação de violência pelo sistema de saúde (SIVVA) por distrito
- Analisar a relação entre a moradia das mulheres, locais dos crimes e localização dos serviços da rede intersetorial.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo transversal com o uso de georreferenciamento. Esse desenho epidemiológico é de grande utilidade, pois permite realizar um diagnóstico “instantâneo” de uma comunidade ou local. O termo “estudo transversal” ou “estudo Seccional” remete a um recorte no fluxo histórico do problema, evidenciando características e correlações naquele momento (Almeida Filho, 2011).

O Sistema de informações georreferenciadas tem uma importante aplicação na identificação de áreas geográficas e grupos populacionais vulneráveis que, portanto, requerem maior atenção. Esse reconhecimento facilita a identificação da necessidade de intervenções sociais e de saúde, implicando em uma reorganização dos serviços para responderem além das demandas conhecidas, mas também aquelas necessidades não atendidas. Justifica-se a utilização do georreferenciamento considerando que cerca de 80% das necessidades de informação dos gestores nos governos locais estão relacionados com uma localização geográfica (Willians, 1978), o uso de mapas, principalmente quando são computadorizados, é um processo útil para tornar mais efetiva a tomada de decisões. Um mapa é um tipo de gráfico de representação da informação mais eficiente. Em um espaço limitado (o tamanho do mapa), é possível resumir grande quantidade de informações, além de possibilitar a identificação de padrões espaciais dos eventos, o que não se faz facilmente por outros meios (OPAS, 2000).

A unidade de análise foram 1.339 processos judiciais em curso em janeiro e fevereiro de 2016, estudados em relação às características das mulheres, dos processos e sua distribuição espacial por setores censitários e distritos. Para contextualizar a análise e atingir os objetivos do estudo, dados complementares acerca da localização dos serviços e características socio demograficas da região foram também utilizados.

4.2 População

A presente pesquisa se baseia em dados obtidos junto aos processos judiciais de mulheres maiores de 18 anos que tramitavam entre janeiro e fevereiro de 2016 perante a Vara de Violência Doméstica e Familiar da Mulher da região Oeste de São Paulo.

Também foram obtidos dados populacionais junto ao IBGE, SEADE/IPEA, IDH, Sistema de Informação e Vigilância em Violência e Acidentes (SIVVA) e localização de serviços em bancos de dados existentes na FMUSP e sites do município de São Paulo para que fosse possível mapear a rede.

Foram excluídos da pesquisa os inquéritos policiais e medidas protetivas que estavam em curso no referido período, pois apenas os procedimentos classificados como processos, ou seja, findado o inquérito policial e tendo havido denúncia ou queixa-crime recebida e que estavam em curso (sem decisão final com trânsito em julgado) é que foram objeto de análise.

4.3 Região de Estudo

A região de estudo compreende a região oeste da cidade de São Paulo, correspondente a região de jurisdição da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste – Foro Regional XV – Butantã. Na divisão de competências quanto à matéria de violência doméstica, o Tribunal de Justiça de São Paulo dividiu a capital em sete áreas, instalando em cada uma dessas áreas uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Assim, temos as seguintes áreas: Central, Oeste, Norte, Sul 1, Sul 2, Leste 1 e Leste 2. Recentemente no ano de 2017, foi criada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Leste 3, a qual ainda não foi instalada.

Importante ressaltar que o território de atuação da Justiça não corresponde ao território da Secretaria Municipal ou Estadual de Saúde nem ao território da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portanto, foram selecionados os distritos de acordo com o critério de atuação da Justiça, e depois foram identificados, nesta região de estudo os serviços de saúde e assistência social existentes.

A região estudada compreende os seguintes distritos: Alto de Pinheiros, Anhanguera, Brasilândia, Butantã, Freguesia do Ó, Jaguará, Jaguaré, Jaraguá, Lapa, Morumbi, Perus, Pinheiros, Pirituba, Raposo Tavares, Rio Pequeno, São Domingos, Vila Leopoldina e Vila Sônia.

Importante ressaltar que dois dos distritos (Freguesia do Ó e Brasilândia) não tiveram todo seu território computado, tendo em vista que a área de jurisdição da Vara de Violência Doméstica e Familiar Oeste apenas abrangia parte do território.

O mapa abaixo indica geograficamente a região de estudo, dentro dos limites territoriais da cidade de São Paulo.

Figura 2. Território de Abrangência da VVDF-Oeste

4.4 Coleta dos dados

O estudo trabalhou com 4 diferentes bancos de dados: 1. Dados dos processos judiciais, 2. Dados sócio demográficos da população de mulheres maiores de 15 anos e IDH (2012) da área de abrangência da Vara 3. Dados sobre a localização dos serviços da saúde, assistência social e justiça existentes nos territórios. e 4. Dados do SIVVA (2010 e 2016).

4.4.1 Dados dos processos judiciais

O levantamento dos dados seguiu as seguintes etapas:

Realizou-se a coleta de dados de todos os processos que estavam presentes no cartório da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste de acordo com a localização física dos processos. São diversas prateleiras onde os processos físicos ficam guardados e, juntamente com a co-pesquisadora Stepanhie Pereira e com estagiários, devidamente orientados e treinados (Anexo 1), os processos eram retirados das prateleiras, verificava-se se estavam no critério de inclusão da pesquisa (mulheres maiores de 18 anos), as informações eram colhidas e lançadas na plataforma RedCap, uma fita identificadora na cor amarela era colada na capa do processo, para indicar que ele já fora analisado, após, o processo era devolvido para o local de origem e assim sucessivamente (fotos do cartório – anexo 2)

Tal metodologia acima descrita foi usada nos processos físicos, ou seja, materializados em papel.

Contudo, o Tribunal de Justiça de São Paulo através do Comunicado nº 284/2015 (Anexo 3), determinou que, a partir de 30 de abril de 2015, todos os processos novos que fossem distribuídos na unidade judicial deveriam ser digitais, ou seja, não seriam materializados em papel e apenas existiriam no sistema SAJ Sistema de Automação da Justiça que corresponde ao banco de dados do Tribunal de Justiça, em modo PDF.

A coleta de dados quanto a esses processos digitais seguiu a seguinte metodologia: foi consultado mês a mês a relação de processos digitais

distribuídos, desde 01 junho de 2015 a 29 fevereiro de 2016 e, através do número do processo, era feita a consulta no sistema SAJ.

A coleta foi finalizada no momento em que todos os processos, físicos ou digitais, em curso no momento haviam sido coletados. Foram obtidos 1.339 processos em andamento nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

Importante ressaltar que foi encontrada uma grande dificuldade na obtenção dos dados, os quais tiveram que ser coletados manualmente, muito embora exista um banco de dados do Poder Judiciário (SAJ), que se mostrou de difícil acesso e com informações discordantes dos processos acessados diretamente. Inicialmente, verificamos uma amostra dos dados do sistema informatizado e comparamos com os dados do processo, mas as informações eram insuficientes e discordantes, razão pela qual optou-se pela coleta manual dos dados diretamente dos processos.

Estas dificuldades foram relatadas em documento ao Desembargador Luís Soares de Mello Neto (Anexo 4).

Foram coletadas as seguintes variáveis:

- 1) número do processo
- 2) naturalidade da mulher
- 3) escolaridade
- 4) cor da pele
- 5) estado civil
- 6) data do fato
- 7) data do registro do boletim de ocorrência
- 8) data do oferecimento da denúncia penal
- 9) artigo penal pelo qual o réu foi denunciado
- 10) endereço do local dos fatos
- 11) endereço da residência da vítima
- 12) houve pedido de medida protetiva
- 13) houve o comparecimento ao atendimento multidisciplinar
- 14) sexo do agressor
- 15) parentesco com o agressor
- 16) cor da pele do agressor

- 17) foi decretada a prisão
- 18) a vítima refere ter sofrido agressão anterior
- 19) a vítima refere ter feito boletim de ocorrência anterior

4.4.2 Dados sócio econômicos do território

Os dados sociodemográficos das mulheres maiores de 18 anos por distrito foram obtidos através do IDH 2012, Atlas de Desenvolvimento do IPEA/SEADE e IBGE 2010.

4.4.3 Dados da rede especializada

Os dados dos serviços de saúde, assistência social e justiça foram obtidos junto ao banco de dados já existente na Faculdade de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo (Guia de serviços da FMUSP) e foram atualizados através de busca em sites e informações do setor técnico atuante na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste de São Paulo.

Os serviços foram categorizados por vocação assistencial em serviços de saúde, assistência social e justiça gerais e especializados.

Para o presente estudo, foram considerados os serviços da rede intersetorial que atendam mulheres, acima de 18 anos, vítimas de violência doméstica e familiar, tais como: centros de referência de assistência social (CRAS), centros de referência especializados de assistência social (CREAS), centros de referência às vítimas de violência doméstica, centros de convivência e defesa da mulher, centros de cidadania, Delegacias, defensorias e Varas especializadas e serviços de saúde em geral. Os serviços especializados em violência contra a mulher na assistência social ou saúde foram identificados independentemente de seu setor assistencial ou vocação assistencial, e os serviços da justiça incluídos foram os especializados.

Os serviços da justiça são compostos pelas delegacias da mulher, Defensorias Públicas, GEVID (Grupo de Atualizado Especial de Enfrentamento

à Violência Doméstica do Ministério Público) e a própria Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Oeste (VVDF-Oeste).

4.4.4 SIVVA

Desde a Lei 10.778/03 tornou-se obrigatória a notificação compulsória nos serviços de saúde públicos ou particulares, em todo território nacional, da violência física, sexual ou psicológica contra a mulher. A regulamentação veio com a Portaria 104 de 2011, do Ministério da Saúde, que determina a inserção dos dados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, obedecendo às normas e rotinas estabelecidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - SVS/MS.

No âmbito da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, há o Sistema de Informação para Vigilância em Violência e Acidentes, SIVVA (Prefeitura de São Paulo, 2009).

O SIVVA tem como fonte a notificação de atendimentos de vítimas de violências/ acidentes por profissionais de saúde. Essa notificação se faz por meio de um *instrumento específico*, de acordo com a *Portaria 1328/07 – SMS*, gerenciado pela Coordenação de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-COVISA) em conjunto com as Supervisões de Vigilância em Saúde (SUVIS).

Desta forma, o banco de dados do SIVVA não é representativo da totalidade dos acidentes ou violências, mas dos casos que incidem nos serviços de saúde

Considerando-se que a região de estudo está inserida no município de São Paulo, adotou-se o SIVVA como indicador de registros na saúde sobre as ocorrências de violência doméstica e familiar.

Os dados de notificação compulsória à Vigilância Epidemiológica em 2010 e 2016 foram obtidos junto ao setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde. Foram solicitados os dados de violência física,

psicológica, sexual ou negligência reportados por mulheres maiores de 18 anos por local de moradia da mulher.

4.5 Análise dos dados

Os dados foram analisados pelo programa SPSS, para estabelecer frequências e distribuições.

Os dados coletados junto aos processos judiciais foram descritos em suas frequências simples para variáveis categóricas, médias e medianas para variáveis contínuas.

O local dos fatos, local de residência da vítima e serviços de rede disponíveis na região Oeste de São Paulo foram georeferenciados de acordo com a base de dados da MAPINFO, além do IDH (2012) dos distritos.

Os dados georeferenciados foram analisados conforme sua distribuição espacial, e foram elaborados mapas temáticos de acordo com o mapa do território de jurisdição da Vara de Violência Doméstica Oeste de São Paulo.

Para análise das taxas e composição dos mapas, foram consideradas 1278 mulheres, que são moradoras do território estudado e possuem processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar Oeste. Cabe aqui ressaltar que a fixação da competência da vara é definida pelo local de ocorrência do crime. Como descrito acima, a maioria dos crimes aconteceu na residência da mulher em situação de violência.

As variáveis coletadas na região de estudo foram calculadas a partir do local de residência das mulheres que sofreram agressão, levando em consideração a população total de cada distrito.

Foi calculada a taxa de acesso à justiça por distrito, considerando o número de mulheres com processos tramitando e também residentes nos distritos de competência da mesma. Para chegar a este resultado, utilizou-se o programa Mapinfo para geocodificar os endereços de residência das mulheres e determinar o distrito onde elas moram. Para calcular a taxa foram consideradas população total feminina maior de 18 anos residentes em cada distrito.

4.6 Questões éticas

A pesquisa foi feita em processos judiciais que, em regra, são documentos públicos. A Constituição Federal, no artigo 93, inciso IX e o artigo 155 do Código Civil estabelecem que os julgamentos e atos do processo realizados pelo Poder Judiciário, são públicos, exceto nos casos de segredo de justiça.

Nos casos de processos com segredo de justiça, houve a cautela de enviar cópia do projeto de pesquisa para a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, Corregedoria de Justiça do Estado de São Paulo e COMESP e foi garantido o anonimato das partes e seus dados, bem como o sigilo dos dados dos demais envolvidos.

O projeto também foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo sob o número do parecer 1834754 (Anexo 5).

Além disso, foi informado ao Tribunal de Justiça a necessidade da realização de pesquisas estatísticas e da necessidade de obtenção de mais dados por meio do SAJ, por meio da inserção de novos campos, cujo preenchimento observasse rigoroso padrão de controle.

Um elemento ético importante é o fato da autora principal da pesquisa ter sido também juíza da Vara na qual foram coletados os dados, na época da coleta. Se por um lado este fato facilitou o acesso aos processos e a interpretação dos achados, pelo profundo conhecimento acerca da realidade local, por outro traz a necessidade de um “estranhamento” do que é conhecido.

Buscamos evitar incluir na pesquisa aquelas ações dependentes diretas da ação da juíza, como análise do deferimento da medida protetiva e a sentença proferida. No entanto, a rigor, todos os processos denunciados pelo MP ou queixa crime oferecida pelo advogado são aceitos ou não pela juíza, o que caracterizaria a sua ação sobre toda a amostra.

Entretanto, a rotina do recebimento é um ato processual em que raramente há a rejeição de uma denúncia do MP ou de uma queixa crime.

Importante assinalar que, nos mais de cinco anos de exercício de judicatura na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste nunca houve rejeição da denúncia ou queixa, pois os fatos trazidos pela acusação sempre

descrevem crimes, as circunstâncias, o autor do fato, preenchendo os requisitos legais para iniciarem o processo penal.

Aqui também não contabilizo nenhum caso de prova cabal de que não houve crime ou que o acusado não seria o suposto autor da infração penal a ponto de aceitar a defesa preliminar e extinguir o processo penal. Isso porque, ainda que haja dúvida sobre os fatos, tal deve ser matéria de prova, durante a instrução do processo penal, para que se decida sobre a inocência ou não do acusado

Durante todo o processo da pesquisa, tanto na coleta de dados como na análise, a familiaridade da autora com os dados do estudo esteve presente como algo a ser controlado no sentido de produzir uma informação reflexiva e crítica sobre o próprio trabalho. Existe, na literatura, grande corpo de estudos no qual os autores investigam suas próprias ações, não sendo estranho ao campo estudos desta natureza (Merhy, 2004).

5 RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos o território da área de abrangência da VVDF-Oeste e a caracterização das mulheres em situação de violência com processos em tramitação nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

A seguir os casos foram georeferenciados e calculou-se as taxas de mulheres cujas violências foram notificadas junto ao sistema de saúde e as taxas de mulheres que acessaram a justiça, por distrito. Optou-se por analisar os dados pelos distritos, visto que o território de abrangência da Vara é bastante heterogêneo.

Por fim, apresentaremos os dados referentes aos serviços de saúde, assistência social e justiça, gerais e especializados em violência doméstica, presentes no território estudado.

Este capítulo será dividido em: 1- resultados referentes aos dados do território e dos processos e 2- processos no território: taxas de notificação nos serviços por distritos e 3- localização geográfica dos serviços.

5.1 Resultados referentes ao território e aos processos

5.1.1 O território de abrangência da Vara

A área de abrangência da Vara é a região Oeste de São Paulo. A região abrange 1.705.911 habitantes (Seade, IBGE 2010) e dezoito distritos administrativos do Município de São Paulo. Dois dos distritos administrativos são abrangidos apenas parcialmente pela VVDF-Oeste (Brasilândia e Freguesia do Ó), já que a divisão administrativa da justiça não corresponde exatamente à do município de SP (a saúde e a assistência social, por outro lado, têm uma outra forma de dividir o território). A área adstrita à VVDF-Oeste compreende distritos mais periféricos e distritos bastantes centrais. Podemos perceber que a região de estudo é bastante heterogênea quando observamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o qual é composto por indicadores de educação, longevidade e renda.

Na figura 3 vemos que os extremos do território são regiões de grande vulnerabilidade social, concentrando o IDH mais baixo – 0 a 0,84: distritos de Anhanguera, Perus, Jaragua, Brasilândia e Raposo Tavares. No centro da região de estudo estão concentrados os distritos de maior IDH – 0,91 a 0,98: Vila Leopoldina, Lapa, Pinheiros, Alto de Pinheiros, Butantã e Morumbi.

Figura 3. Índice de Desenvolvimento Humano no território da VVDF-Oeste.

Fonte: Seade, IBGE 2010

Vivem na região 686.961 mulheres maiores de 18 (Seade, IBGE 2010) anos.

Apresentaremos a seguir breves informações sobre as mulheres moradoras na região do estudo. Ainda que a competência da VVDF-Oeste seja determinada pelo local onde aconteceramos crimes, e não residência da vítima, como veremos, a Vara atende majoritariamente mulheres moradoras da área de abrangência.

As informações sobre a idade das mulheres moradoras da região de estudo foi categorizada por faixas etárias (tabela 1).

Importante frisar que a pesquisa coletou dados de mulheres maiores de 18 anos e, por não haver esse corte etário censitário, optou-se por trabalhar com a faixa de 15 a 19 anos para a população de mulheres do território de estudo.

Nota-se que há uma predominância de mulheres com idades entre 20 a 44 anos na região de estudo, correspondendo a 52% das moradoras da região.

Tabela 1. Distribuição das mulheres por faixa etária, na região de estudo, em 2010.

Faixa Etária	%
15 a 19	8,7
20 a 24	10,3
25 a 29	11,5
30 a 34	11,2
35 a 39	9,9
40 a 44	9,1
45 a 49	8,5
50 a 54	7,7
55 a 59	6,3
60 a 64	5,0
65 a 69	3,7
70 a 74	3,0
75e Mais	5,1
Total	100,0

Fonte: IBGE – Censo 2010

Dentre as mulheres que vivem na região de estudo, foi observado que a maioria delas é autodeclarada branca (tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das mulheres residentes na região de estudo segundo a cor da pele, em 2010

Cor Agrupada	N	%
Branca	458.278	67,2
Preta	223.683	32,8
Total	681.961	100,0

Fonte: IBGE – Censo 2010

Em relação à escolaridade das mulheres na área de abrangência do território, não foram encontrados dados desagregados por sexo, distrito e população acima de 18 anos, razão pela qual se optou por não usar esse indicador.

5.1.2 Dados sociodemográficos das mulheres com processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste (VVDF -Oeste)

Das 1339 mulheres cujos dados foram coletados na presente pesquisa (tabela 3), a maioria delas (79,66%) corresponde a idades entre 20 e 44 anos, e a idade média é de 33,5 anos.

Tabela 3. Distribuição das mulheres com processo na vara segundo faixa etária

Faixa etária	N	%
18 a 19	64	4,79
20 a 24	218	16,31
25 a 29	265	19,82
30 a 34	257	19,22
35 a 39	190	14,21
40 a 44	135	10,10
45 a 49	96	7,18
50 a 54	48	3,59
55 a 59	34	2,54
60 a 64	19	1,42
65 a 69	5	0,37
70 a 74	3	0,22
75 e mais	3	0,22
Total	1337	100,00

No que diz respeito à escolaridade (tabela 4), notou-se que um pouco menos da metade (47,3%) das participantes tiveram até 10 anos de estudo, já 52,3% possuem 11 anos ou mais.

Tabela 4. Escolaridade das mulheres com processo na VVDF -Oeste

Escolaridade	N	%
Até 10 anos de estudo	634	47,3
11 ou mais anos de estudos	705	52,7
Total	1339	100

Foi possível observar (tabela 5) que a maioria das mulheres em situação de violência é branca (60,75%) - correspondendo a brancas e amarelas agrupadas. A população negra foi agrupada entre aquelas que são pretas e as pardas. Não foi encontrado no estudo registro de mulheres indígenas.

Os dados referentes à cor da pele não são autodeclarados no momento de registro do boletim de ocorrência, posto que o sistema capta os dados constantes no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IRGD), conforme consta no documento de identidade RG.

Tabela 5. Distribuição das mulheres com processo na VVDF – Oeste, segundo cor da pele

Cor da pele	N	%
Branca	813	60,7
Negra	526	39,3
Total	1339	100,0

5.1.3 Dados dos autores de violência doméstica e que respondiam a processos na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste

Com relação aos acusados indicados como autores de violência, observa-se (tabela 6) que 99,7% são homens e apenas 0,3% são mulheres, sendo essas autoras de violência ocorrida dentro de uma união homoafetiva.

Tabela 6. Distribuição sexo do agressor nos processos da VVDF-Oeste

Sexo Agressor	N	%
Masculino	1335	99,7
Feminino	4	0,3
Total	1339	100,00

No que tange a relação entre as partes envolvidas em um contexto de violência doméstica (tabela 7), percebemos que a maioria delas representa relações afetivas (91,1%). Das quais 46,6% relataram ter sofrido agressões envolvendo o atual companheiro, marido ou o namorado, e 44,5% sofreram agressões pelos seus ex-companheiros, ex-maridos ou ex-namorados. Apenas (8,8%) envolvem outras relações de parentesco – pais, irmãos, padrastos e etc.

Tabela 7. Distribuição dos agressores segundo relação com a vítima nos processos da VVDF-Oeste

Relação	N	%
Companheiro(a)\Cônjuge	577	43,0
Ex-companheiro(a)\Ex-Cônjuge	494	36,8
Namorado	48	3,5
Ex-namorado	102	7,6
Outros parentes	118	8,8
Total	1339	100,0

5.1.4 Dados referentes aos processos que tramitaram na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Oeste (VVDF-Oeste)

Como resultado dos processos analisados (Figura 4), os crimes relacionados a violência física (crime de lesão corporal leve) aparecem em maioria (43%). A violência física e psicológica (lesão corporal leve e ameaça) conjugadas (21%) e a violência psicológica (ameaça) isolada (19%) aparecem em seguida na análise, seguidos de outros crimes (13%). Apenas 4% dos tipos de infrações penais são vias de fato (violência física que não deixa marcas).

Como já mencionado anteriormente, a violência física é processada independentemente da vontade da mulher em situação de violência (ação penal pública incondicionada). Já a violência psicológica (ameaça) e o estupro

de mulheres maiores de 18 anos são processados após concordância da mulher (representação).

Por sua vez, os crimes de dano (violência patrimonial) e crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação) dependem da vítima contratar um advogado ou procurar a defensoria pública (ação penal privada – queixa crime).

Figura 4 Distribuição entre os tipos de infrações penais dentre os processos em tramitação

A maior parte das mulheres (58,8%) disse no registro de ocorrência que já sofreu agressões anteriores, o que demonstra que não se tratava da primeira agressão perpetrada pelo acusado.

Tabela 8. Distribuição dos casos em que as mulheres relatam ter sofrido violência anteriormente.

Relata ter sofrido violência anterior	N	%
Não	551	41,2
Sim	788	58,8
Total	1339	100,0

Da mesma forma, as mulheres, na grande maioria (80,6%) dos casos, revelam que não registraram boletim de ocorrência anterior, em razão de outras violências pretéritas, praticadas pelo mesmo agressor. Percebe-se a baixa porcentagem (19,3%) dos casos que revelaram ter realizado algum boletim de ocorrência antes.

Tabela 9. Número de casos que revelaram ter realizado boletim de ocorrência anteriormente

BO Anterior	N	%
Não	1080	80,6
Sim	259	19,3
Total	1339	100,00

Podemos, ainda, perceber que a maioria das mulheres (56,1%) não pediu medida protetiva.

Tabela 10. Distribuição dos casos em que houve, ou não, o pedido de medida protetiva

Medida Protetiva	N	%
Não	746	56,1
Sim	582	43,8
Total	1328	100,0

Foram analisados também dados quanto ao comparecimento das mulheres no Setor de Atendimento Multidisciplinar da VVDF- Oeste, local para o qual são intimadas a comparecer todas as mulheres em situação de violência, uma vez iniciado o processo penal, para que recebam informações sobre o tramite processual, pedidos de medida protetiva e descumprimento, além de encaminhamento à rede intersetorial existente no território de atuação da Vara.

Somente 32,3% compareceram ao setor, após serem intimadas via carta. A maioria dos casos (67,7%) não compareceu ao atendimento.

Tabela 11. Mulheres que compareceram, ou não, ao setor de atendimento multidisciplinar da VVDF-Oeste

Comparecimento no Setor de Atendimento	N	%
Não	880	67,7
Sim	420	32,3
Total	1300	100,0

Quanto aos elementos temporais do processo, utilizamos como marcos de análise os lapsos entre a ocorrência do fato (violência) e a realização do Boletim de ocorrência (tempo de revelação, ou seja, o tempo que a mulher demora em buscar o sistema de justiça) bem como entre a realização do Boletim de Ocorrência e o oferecimento da Denúncia (tempo de investigação, ou seja, o tempo que a autoridade policial leva para reunir elementos de provas suficientes para que o Ministério Público ofereça a denúncia ou o advogado ou defensor ofereça a queixa-crime).

Tais dados dizem respeito, respectivamente, ao acesso que a vítima possui de noticiar o suposto crime e o iniciar a marcha processual.

Os dados referentes à revelação, ou seja, entre a ocorrência do fato e efetiva comunicação à polícia, foram computados em média de dias, enquanto os tempos entre o Boletim de Ocorrência e a apresentação da denúncia restaram firmados em média de meses.

Quanto ao tempo de revelação, notou-se que a grande maioria dos casos (89,2%) levaram até 3 dias para buscar o sistema de justiça. Em seguida temos que 6,7% das mulheres demoraram de 4 a 10 dias e apenas 4,1% levaram 11 dias ou mais entre a ocorrência do fato e a ida da mulher até a delegacia de polícia revelar o acontecido (tabela 12).

Tabela 12. Tempo de Revelação: da violência sofrida até a busca das autoridades policiais para registrar boletim de ocorrência

Tempo de Revelação	N	%
Até 3 dias	1194	89,2
4 a 10 dias	90	6,7
11 dias ou mais	55	4,1
Total	1339	100,0

A partir do tempo de investigação (tabela 13), temos que 59,7% dos casos demoraram menos de um ano para reunirem todos os elementos de prova e o Ministério Público optasse por oferecer a denúncia.

Tabela 13. Período médio entre o boletim de ocorrência e oferecimento da denúncia, por média de ano

Tempo BO-Denúncia	N	%
Até 1 ano	800	59,7
Acima de 1 ano	539	40,3
Total	1339	100,0

5.2 Os processos no território

Quando georreferenciamos a residência das mulheres com processo e o local do crime, podemos observar que em grande parte dos casos, o crime ocorreu na residência da vítima ou em local muito próximo (sendo considerada a casa ou a mesma rua), como mostra a tabela 14 e a figura 5.

Tabela 14. Local de ocorrência dos crimes contra as mulheres com processo na VVDF-Oeste

Local do Crime	N	%
Residência da vítima	961	71,7
Outro local	378	28,3
Total	1339	100,0

Destes casos, somente 1192 foram georreferenciados por estarem nos limites da região de estudo, ou seja, a mulher em situação de violência mora e também sofreu o crime dentro da área da região estudada. Não foram considerados os casos em que ela morava fora dos limites de atuação da Vara para fins de georreferenciamento. Abaixo podemos observar o mapa com todos os casos georreferenciados, onde se pode constatar que a grande maioria dos crimes são na residência da vítima e há grande concentração de casos nos distritos mais periféricos.

Local do crime e residência

Figura 5. Mapa do local do crime e da residência das mulheres com processo na VVDF-Oeste

5.2.1 Resultados referentes às taxas e mapas

Para análise das taxas e composição dos mapas, foram consideradas as 1278 mulheres com processo que são moradoras do território estudado e possuíam processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar Oeste.

5.2.1.1- Taxas de acesso à justiça e taxas SIVVA:

A taxa de acesso à justiça foi calculada considerando o número de mulheres com processos tramitando em cada distrito dividido pelo número de mulheres maiores de 18 anos residentes nos mesmos distritos e multiplicado por dez mil.

A partir das taxas abaixo (figura 6), é possível perceber que há heterogeneidade entre as taxas de cada distrito, chamando atenção para os distritos de Perus (62,46); Anhanguera (43,73); São Domingos (38,81) e Raposo Tavares (37,21) que compõe as maiores taxas. Já dentre as menores taxas estão os distritos de Jaraguá (3,64) e Pinheiros (5,98). Lembrando-se que Brasilândia e Freguesia do Ó estão sub-representados, pois apenas uma parcela do território é de competência da VVDF-Oeste.

Calculou-se também a taxa de notificação de violência no sistema de saúde, usando dados do SIVVA (figura 7). Esta taxa foi calculada da mesma forma: número de casos de violência contra as mulheres moradoras no distrito acima de 18 anos notificados pela saúde dividido pelo total de moradoras acima de 18 anos e multiplicado por dez mil. Para efeitos de notificação pelo SIVVA consideramos as seguintes violências: agressão física, psicológica, sexual e negligência em dois períodos distintos: 2010 e 2016.

Figura 6. Taxas de processo por local de residência, nos distritos da região de estudo.
Fonte: Censo 2010 - IBGE

Figura 7. Taxa de agressão SIVVA 2010 e 2016, nos distritos da Região de Estudo
Fonte: SIVVA - Sistema de Informação e Vigilância de Violências e Acidentes - COVISA - SMS/SP

Observa-se diferença notável entre taxas do SIVVA 2010 e SIVVA 2016, demonstrando um aumento significativo da notificação pelos serviços de saúde.

Os distritos com maiores notificações inseridos no SIVVA 2010 (figura 7) foram: Pirituba com 30,79; Raposo Tavares com 21,92 e Jaguará com 19,03 relatos de violência contra mulher maior de 18 anos, por cada dez mil mulheres residentes no distrito.

Dentre os distritos com menor taxa de notificação no SIVVA 2010 estão; Pinheiros com 1,57; Vila Sonia com 2,44 e Vila Leopoldina com 3,10 notificações para cada dez mil mulheres.

Em 2016, as taxas de notificação de violências aumentaram em todos os distritos, sendo nos distritos de Perus 169,67, Anhanguera 96,2 e Pirituba 83,22 as maiores encontradas. Dentre as menores taxas estão Alto de Pinheiros 10,79, Pinheiros 12,27 e Vila Sonia 17,32.

Em seguida (figura 8), comparamos as taxas de notificação SIVVA 2016 para cada um dos distritos que integram a região de estudo com a taxa de mulheres com processos por distritos para observar as disparidades entre a identificação e respectiva notificação pelo sistema de saúde e o acesso à justiça da mulher em situação de violência doméstica.

Figura 8. Taxas de Agressão por Distrito SIVVA e por Justiça

Fonte: SIVVA - Sistema de Informação e Vigilância de Violências e Acidentes - COVISA - SMS/SP – ano 2016

Observa-se que apenas nos distritos de Butantã, Jaguaré, Morumbi, Rio Pequeno e Vila Sônia a taxa de acesso à Justiça foi superior à taxa SIVVA. Em todos os demais distritos a taxa SIVVA foi superior à taxa de acesso à Justiça.

O gráfico acima está também representado no mapa abaixo (figura 9), em que as taxas de acesso à justiça correspondem às barras verdes e as taxas de notificação SIVVA estão em amarelo. O mapa está plotado com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao fundo para que seja possível melhor visualizar as disparidades entre cada distrito que compõe a região do estudo.

Notou-se que os distritos de Vila Leopoldina, Lapa, Pinheiros, Alto de Pinheiros e Morumbi possuem maior IDH. Já os distritos de Anhanguera, Perus, Jaragua e Raposo Tavares têm menor IDH.

Observa-se pela figura 8, assim como pela figura 9 abaixo, que os distritos com maior número de processos são Perus, Anhanguera, São Domingos e Raposo Tavares – correspondendo também a territórios com baixo IDH. Também observamos que Perus e Anhanguera também lideram a taxa de notificação SIVVA 2016 os distritos

Figura 9. Mapa do IDH dos distritos da região de estudos e notificações violência SIVVAe acesso à justiça

Fonte: IDH 2012 - IPEA - SIVVA 2016

5.3 Os serviços da rede de atendimento no território

Nos mapas abaixo (figuras 10, 11 e 12) foram georreferenciados os serviços existentes nos setores de Assistência Social, Saúde e os serviços especializados em violência contra a mulher, dentro os quais se encontram os serviços da Justiça, para que fosse possível visualizar a distribuição espacial deles na região de estudo.

Figura 10. Serviços de assistência social no território da VVDF-Oeste

Serviços de Saúde

Figura 11. Serviços de saúde no território da VVDF-Oeste

Figura 12. Serviços especializados em Violência contra a Mulher no território da VVDF-Oeste

Quanto aos serviços de assistência social, observamos que não há serviços de assistência social presentes no Jaguará e Jaguaré, nos demais distritos há pelo menos um serviço.

Nos serviços de saúde dentro da região de estudo, encontramos cinco hospitais, sendo dois deles localizados no distrito do Butantã, um no distrito de Perus, um no distrito de Rio Pequeno e um no distrito da Vila Leopoldina.

Os AMA (somam 22 na área de estudo) e UBS estão distribuídos por toda região de estudo, com exceção do Alto de Pinheiros.

Por fim, foram georreferenciados os serviços específicos para atender violência contra a mulher na região de estudo (figura 12).

Considerou-se serviços especializados aqueles voltados especificamente ao atendimento de violência contra a mulher, independentemente do setor assistencial ou se realizam outros atendimentos. Considerou-se os CREAS, equipamentos especializados do serviço social, mas que não são exclusivos para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, já que atendem todos os casos de grande vulnerabilidade social e têm grande atuação na proteção da criança e adolescente. Outros serviços, como o Educandário, localizados no distrito da Raposo Tavares, é um programa pequeno, não governamental, que atende também várias outras violências e trabalha na proteção de crianças e adolescentes, apoio às famílias de baixa renda e idosos. O Coletivo Feminista Sexualidade e Gênero, situado em Pinheiros, também é não governamental e pequeno, e também atende homens.

Serviços exclusivos para mulheres são as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM's), GEVID (Ministério Público), Defensoria Pública, VVDF-Oeste e os centros de defesa e convivência da mulher (CDCM) ou centros de referência para a mulher (CRM). Fora do sistema de justiça há apenas dois serviços governamentais especializados, que são dois centros de referência: um no Butantã e outro na Brasilândia.

Foi observado (Figura 12) que os serviços de Justiça estão distribuídos em apenas três distritos da região de estudo, sendo eles: Pirituba (9ª DDM – Delegacia de Defesa da Mulher), Rio Pequeno (3ª DDM – Delegacia de Defesa da Mulher) e Butantã (Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Oeste – VVDF- Oeste, Ministério Público – Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica GEVID e Defensoria Pública)

Podemos perceber que em muitos distritos de grande vulnerabilidade social, tais como Anhanguera, Jaragua, Jaguará e Jaguaré, onde há uma alta taxa de processos e grande notificação de violência notificados no SIVVA, não há nenhum serviço especializado. Em outros distritos, também com grande vulnerabilidade, como Perus, Brasilândia, Rio Pequeno e Raposo Tavares, há apenas um serviço para atender toda a população.

6 DISCUSSÃO

Observa-se que a região de estudo do presente trabalho é heterogênea, uma vez que há distritos com alta vulnerabilidade (baixo IDH, poucos serviços) e outros exatamente opostos (alto IDH, maior proximidade a serviços da rede de proteção).

Este estudo tem diversas limitações que precisam ser levadas em consideração na sua análise. Os dados referem-se a uma Vara específica e não podem ser generalizados para todas as Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo ou do país, ainda que várias questões levantadas aqui possam ser semelhantes em alguns das delas. As taxas encontradas devem ser interpretadas com cuidado, já que não se referem a porcentagem das mulheres que vivem violência que acessam à justiça ou são notificadas, mas sim demonstram as diferenças entre as localidades em relação à população de mulheres do território estudado. Os distritos também são bastante heterogêneos entre si, e o estudo trabalha com a média em cada um deles e nos fornece uma visão geral das diferenças encontradas no território.

A discussão desse trabalho será dividida em três áreas temáticas:

- 1- O perfil das mulheres que acessam a justiça e seus processos;
- 2- Os casos no território: taxas de acesso à justiça e notificação na saúde;
- 3- Interfaces: a justiça e a rede intersetorial de enfrentamento à violência doméstica

6.1 A violência doméstica e o perfil das mulheres que acessam a justiça

Nessa primeira área temática propõe-se discutir o perfil das mulheres que tiveram acesso à Justiça, com processo em andamento na VVDF-Oeste, assim como dados inerentes ao processo.

Cabe ressaltar que estamos utilizando a palavra acesso para nos referir às mulheres que, após recorrer à justiça por meio do registro da ocorrência, passaram por diversos filtros até chegar à fase de processo judicial, como discutido na Introdução deste trabalho.

Esse percurso passa por diversos fatores. Wânia Pasinato (2015), em pesquisa sobre o acesso a justiça e a violência doméstica, aponta para barreiras institucionais para o acesso efetivo das mulheres a justiça, que começam na delegacia e vão até decisão judicial.

O perfil das mulheres que acessaram o sistema judiciário é branco (60,7%), com 52,7% delas com onze ou mais anos de estudo e relativamente jovem, sendo que 79,6% têm entre 20 e 44 anos.

Este perfil contrastado com as características da população feminina que reside no território do estudo mostra que a população com acesso à justiça parece ser mais jovem e mais negra – enquanto a população do território 52% tem entre 20 a 44 anos, no estudo temos 79,6% nesta mesma faixa etária e 22,8 % negra, dentre as mulheres com processo o número atinge 39,3%.

O homem foi figura predominantemente como principal autor da violência doméstica (99,7%).

Observou-se também a predominância de relação afetiva entre as partes envolvidas no processo, com um percentual de 91,3%. Tais dados apresentam-se consoantes aos achados internacionais para serviços de saúde de atenção primária, sendo preponderante a violência física praticada por parceiro íntimo. (Schraiber, 2007a). Ainda assim, este achado demonstra o quanto a lei Maria da Penha é reconhecida pela população como atinente aos casos de violência por parceiro íntimo, já que as taxas de violência por outros familiares tem proporção muito baixa em relação aos estudos de prevalência populacional (Schraiber, 2007a)

Do total de violências praticadas nas relações afetivas, observou-se que 44,5% dos casos foi praticado por ex-companheiro (a), ex-cônjuge ou ex-namorado, o que demonstra que percentual significativo de violência ou ocorreu após o término do relacionamento ou o relacionamento encerrou em razão da violência sofrida.

Importante destacar que o trabalho com homens (agressores) é essencial, como forma de mudar a cultura machista e também como meio de prevenir novas violências. Cabe destacar a alta frequência de mulheres que encerram o relacionamento e seguem sendo agredidas ou tendo que lutar para fazer cessar a violência.

Significa dizer que, em quase metade dos casos estudados de agressão em relações íntimas de afeto, a mulher conseguiu romper a relação abusiva e ainda assim continuou sendo agredida, não tendo sua vontade de cessar a relação abusiva respeitada.

Também cabe ressaltar que a maioria dos crimes denunciados é referente à violência física e psicológica, já demonstradas como as de maior prevalência em estudos populacionais (Garcia-Moreno, 2006). Dos achados relativos aos processos, a violência física, (artigo 129, §9º do Código Penal-lesão corporal em contexto de violência doméstica), foi predominante dentre os crimes cometidos.

Importante lembrar que a lesão corporal é processada de forma incondicionada ao desejo da mulher em ver punido o agressor. Já a violência sexual, que é um crime que exige representação da vítima maior de 18 anos, sabidamente um crime subnotificado (Kiss, 2012), torna-se ainda mais sensível na esfera das relações conjugais.

Em São Paulo, as mulheres relatam em torno de 10% de violência sexual pelo parceiro quando perguntadas em pesquisa específica (Schraiber, 2007b) A pouca presença da violência sexual nas denúncias deve estar associada à dificuldade de sua identificação e revelação pela mulher, além da vergonha e do medo envolvidos.

No presente estudo, o estupro de mulheres maiores de 18 anos, pela sua baixa frequência, foi agrupado com outros crimes (tais como incêndio, desacato, desobediência), pois correspondem a menos de 1% da amostra.

Tal questão esbarra na cultura, que ao mesmo tempo influencia e é influenciada pela legislação vigente. Até o século XXI, a lei considerava uma das obrigações do casamento o débito conjugal, ou seja, era um dever da mulher casada manter relação sexual com seu marido (Brasil, 1916). Além disso, o crime de estupro era considerado crime contra os costumes, que

violava a honra familiar patriarcal e, havendo o casamento entre o autor do crime e a vítima, aquele tinha extinta sua punibilidade. Somente em 2005 essa legislação foi revista (Brasil, 2005), período ainda recente.

Quando as mulheres buscam ajuda, sabemos que já viviam a situação de violência há algum tempo. Observamos o mesmo perfil nas mulheres que integram este estudo. Ao consultarmos se havia informações nos processos sobre as mulheres já terem relatado sofrer violência anterior, 58,8% das mulheres disseram já terem sido agredidas anteriormente, porém, menos de 20% delas tinha feito boletim de ocorrência anterior.

O medo e a vergonha configuram um importante obstáculo na decisão das mulheres em buscar ajuda para a violência vivida, sendo o apoio recebido nos serviços buscados pela mulher, fundamentais para não interromper a busca por uma vida sem violência (Terra et al, 2015).

A maioria das mulheres (56,17%) não pediu medidas protetivas, seja por falta de informação sobre seus direitos, falta de estímulo ou mesmo descrença nas autoridades ou na efetividade de tais medidas.

Há uma diferença entre as expectativas das mulheres sobre a Lei Maria da Penha e o real funcionamento do judiciário. As mulheres esperam que a denúncia faça cessar, quase que imediatamente, a violência vivida e o judiciário não é capaz de responder a essa demanda. Esse abismo entre expectativa e realidade, atrelada a divulgação da mídia de notícias sobre a falência dos mecanismos de proteção, pode influenciar as mulheres na descrença da efetividade do judiciário como capaz de garantir direitos e ajudá-la a romper com a situação de violência (Pereira, 2015).

Foi também verificado alto percentual de não comparecimento ao setor técnico multidisciplinar da VVDF-Oeste (67,7%). Diversos fatores podem interferir neste não comparecimento, posto que para as mulheres com processo em tramitação era remetida uma carta, intimando-a da necessidade de comparecimento ao atendimento junto à VVDF-Oeste. Podemos destacar dentre tais fatores: distância entre a moradia e a Vara (para aquelas que residem em Perus e Anhanguera até a VVDF-Oeste são os mais distantes; impossibilidade de faltar ao trabalho ou de ter com quem deixar os filhos, ausência de intimação (em diversas situações as intimações eram negativas:

desconhecida no endereço, mudou-se ou endereço não localizado eram alguns dos motivos da devolução da carta sem intimação).

É importante ressaltar que o atendimento multiprofissional é um espaço para a disseminação e troca de informação, podendo configurar um espaço de acolhimento e de garantia de direitos, tornando o caminho das mulheres menos complicado e encorajando o acesso qualificado à justiça.

Para que o processo judicial seja iniciado, um longo percurso foi vivido. Essa rota processual é em si um grande obstáculo a ser vencido e, portanto, um grande filtro de acesso ao Poder Judiciário, pois nem todos os casos de violência relatados à polícia se transformam em processos.

A mulher deve decidir registrar o Boletim de Ocorrência, como já discutido, além de superar algumas etapas: representação em casos de violência psicológica (crimes de ameaça) e sexual (crime de estupro para maiores de 18 anos) ou ainda buscar um advogado ou defensor público nos casos de injúria, difamação e calúnia (crimes contra a honra) e violência patrimonial (crime de dano); apresentar testemunhas e material que comprove o crime; realizar o exame de corpo de delito quando se tratar de lesão corporal; comparecer a delegacia para prestar depoimento quando intimada, como visto anteriormente.

Esses são algumas das etapas que devem ser realizadas individualmente pelas mulheres e, para isso, é preciso que as mulheres tenham conhecimento de seus direitos e do que ocorre após o registro da ocorrência na delegacia.

Quanto aos marcos temporais do processo, observa-se que o tempo da revelação da violência às autoridades policiais (entre o fato e a realização do boletim de ocorrência) é relativamente curto, ou seja, de até 03 dias (89,2%), mesmo levando em consideração que temos apenas duas Delegacias de Defesa da Mulher (3ª e 9ª DDM) na região de estudo e são relativamente distantes da moradia de muitas mulheres, especialmente em regiões mais vulneráveis.

É a mulher que sofre violência que necessita se mobilizar para que seu agressor seja punido. Muitas vezes essa mobilização da mulher em situação de violência é tortuosa (Meneghel et al, 2011), seja por falta de recursos

financeiros para desprender nesse processo, por falta de informação ou pelas barreiras vivenciadas no acesso aos serviços. Porém, essa mobilização é também determinante para uma investigação policial rápida e efetiva, ou seja, para reunir provas suficientes de que o crime contra ela praticado, de fato ocorreu. Tal fato reflete no tempo de investigação, assim como o réu ser localizado e intimado para apresentar sua versão do ocorrido, as testemunhas comparecerem para prestar depoimentos, os laudos periciais ficarem prontos e serem juntados ao inquérito policial.

Em artigo sobre o acesso à justiça, Passinato (2010) discute a falta de um protocolo para o atendimento das mulheres na delegacia. As informações e encaminhados recebidos pelas mulheres ficam a critério do perfil do funcionário que a atende, sendo influenciada pela sensibilidade e conhecimento sobre a gravidade da violência de gênero.

Passinato (2010) também atribui a demora das investigações não apenas ao funcionamento da estrutura da delegacia de polícia, mas também ao Ministério Público, que está assoberbado de trabalho e opta por priorizar a manifestação nos pedidos de medidas protetivas, considerando que há maior risco de agravar a situação de violência.

Vale ressaltar a necessidade de maior valorização, apoio, sensibilização dos profissionais e estrutura para as Delegacias, Ministério Público e Varas de Violência Doméstica para que este tempo seja reduzido no sentido de evitar a revitimização da mulher e a violência institucional em razão da demora na punição do agressor.

Podemos ainda dizer que, na cidade de São Paulo, existem apenas sete varas instaladas especializadas em violência doméstica, para uma população que corresponde a quase 10% da população do país e uma prevalência de violência por parceiro íntimo em torno de 30% (Schraiber, 2007b).

Foi constatado que 59,7% das investigações terminam em até 01 ano do registro da ocorrência. Significa dizer que a mulher sofre violência, vai até a delegacia (caso opte por punir criminalmente seu agressor), indica as provas que possui (testemunhas, mensagens, fotos), necessita ir ao IML, no caso de violência física para documentá-la formalmente e depois aguarda, em média, um ano até que a fase investigativa se encerre e inicie-se a fase processual.

Depois de iniciada a fase processual, as provas são todas repetidas em juízo e, ao final do processo, há a sentença penal condenatória ou absolutória.

Tudo leva a crer que as etapas do processo penal são, de fato, filtros, já que são processos delicados, sensíveis e longos. Contudo, esse trâmite processual é também uma garantia do cidadão de que somente após o cumprimento de todas essas etapas ele poderá ser condenado.

6.2 Casos no território: taxas de acesso à justiça e notificação SIVVA

Buscamos nessa segunda parte entender como os casos se distribuem no território, a relação entre a saúde e a justiça e analisar se os distritos com maior taxa de processos são também os com maior notificação junto ao sistema de saúde municipal.

Um achado interessante, corroborado pela vasta literatura em violência doméstica, é que a maioria dos casos ocorre na residência ou imediações da moradia da mulher (consideramos no estudo mesmo local, se ocorreu na mesma rua). Foi alta a prevalência, em 71,7% dos casos a violência ocorreu no local de moradia da mulher.

Em um estudo de casos de vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência, a prevalência foi de 63,6% dos casos ocorrerem na residência em se tratando de violência doméstica (Garcia, 2016).

Com relação às taxas de identificação e notificação de violência no sistema de saúde através do sistema SIVVA, um primeiro resultado bastante positivo foi que a saúde passou a identificar e notificar significativamente mais as seguintes violências: agressão física, psicológica, sexual e negligência. Comparando os anos de 2010 e 2016, houve um aumento de notificação em todos os distritos que compõem a região de estudo.

Cabe ressaltar que em 2015, no município de São Paulo, foi lançada a 'Linha de cuidado de atenção integral à saúde da pessoa em situação de violência'. Tal iniciativa prevê a criação de um Núcleo de Prevenção a Violência (NPV) em todos os serviços de saúde da cidade (São Paulo, 2015).

O NPV, que deve ser composto por profissionais de diferentes áreas e saberes, é responsável pelas ações de articulação para a assistência e

prevenção de todas as formas de violência – sendo a violência contra a mulher também incluída. Para a sua implantação, foram realizados cursos de capacitação em diversas regiões de São Paulo, o que pode justificar o aumento expressivo dos casos notificados.

Contudo, a notificação não se traduz necessariamente em cuidado e garantia de direitos. A compreensão dos profissionais de saúde sobre a notificação pode ser muito diversa – desde a sua real proposta, gerar dados epidemiológicos sobre a questão, até a compreensão de que a notificação se traduz em denúncia, seguida de ações de enfrentamento (Kind, 2013).

Em outro estudo sobre a notificação compulsória de violência foi identificado que a maioria dos encaminhamentos dos casos – mais da metade - foi interno ao setor saúde, seguido pelo conselho tutelar (nos casos de crianças e adolescentes). Em terceiro lugar aparecem as Delegacias de Defesa da Mulher. Os encaminhamentos dos casos ao centro de referência da mulher correspondem a aproximadamente um quinto dos casos encaminhados a delegacia (Maia et al, 2013), o que demonstra que a proteção e cuidado integral à mulher em situação de violência doméstica não são efetivados em muitos casos.

Os dois distritos com maior taxa de notificação no SIVVA também correspondem àqueles com maior taxa de processos – Perus e Anhanguera - além de corresponderem aos menores IDHs da região de estudo. Não sabemos quantos casos estão tramitando na VVDF-Oeste foram também notificados na saúde, mas este dado pode significar uma maior prevalência ou maior gravidade da violência doméstica nestes territórios, ou uma melhor qualidade da rede de atenção nestes locais.

As maiores taxas em Perus e Anhanguera devem ser analisadas à luz da escassa rede de serviços especializados presentes no território, como observados na figura 12. Dessa forma, podemos acreditar que a busca pelo acesso à Justiça pelas mulheres supera diversos obstáculos, e a visibilidade na saúde pode apoiar o caminho de busca na justiça.

No entanto, nem sempre o caminho da justiça corresponde às demandas e expectativas das mulheres, que muitas vezes não querem se

separar ou processar seus parceiros, mas sim encontrar mecanismos capazes de cessar a violência vivida (Brandão, 2006).

Outro achado de extrema importância foi a constatação de que a identificação e notificação da violência contra a mulher pela saúde é superior ao acesso à justiça em praticamente todos os distritos, salvo Butantã, Jaguaré, Rio Pequeno, Morumbi e Vila Sônia, a taxa SIVVA foi superior à taxa de acesso à justiça. Considere-se que nossas taxas de acesso à justiça dependem da mulher iniciar o processo e do sistema de justiça efetivar sua série de procedimentos, enquanto na saúde a notificação depende da identificação e registro pelo profissional.

A alta visibilidade encontrada pela saúde, aliada a capilaridade dos serviços no território, como veremos a seguir, demonstra a importância de uma busca ativa dos casos de violência e também da qualificação e sensibilização do profissional da saúde, que muitas vezes é o primeiro agente do Estado para quem a violência é relatada e deve saber o correto encaminhamento do caso e conhecer informações relevantes dos processos existentes nos outros setores de atendimento à violência, tais como justiça e assistência.

6.3 Interfaces: justiça, saúde e a rede intersetorial de enfrentamento a violência doméstica

Nessa última área temática, buscamos discutir a interface entre a justiça, a saúde e os serviços que compõe a rede intersetorial especializada no enfrentamento à violência doméstica. Para tal, foram apresentados os serviços georreferenciados na região do estudo.

É importante ter em perspectiva que temos os serviços gerais e os específicos para atendimento da mulher em situação de violência. O georreferenciamento é uma ferramenta eficaz para mostrar um retrato da situação e no caso fornecer uma imagem da distribuição na região do estudo dos casos e serviços existentes.

Os serviços de saúde, assim como os de assistência social específicos são espaços privilegiados para o cuidado das mulheres em situação de

violência doméstica – também representada pela capilaridade desses serviços no território.

Olhando as figuras 10 e 11, observa-se que os serviços de Saúde e Assistência são mais numerosos e geograficamente espalhados do que os da Justiça (figura 12). Verificamos também que os serviços especializados no território são escassos e se concentram mais nos territórios com maior IDH e, portanto, com menor vulnerabilidade social.

Estudo de violência por parceiro íntimo em serviços de saúde (Schraiber et al 2007a), aponta para uma alta prevalência – 76% de qualquer tipo de violência na vida, maior que o encontrado em estudo populacional. Além disso, as autoras demonstram que as mulheres em situação de violência utilizam mais os serviços de saúde por apresentarem queixas diversas, muitas vezes não atreladas com outras patologias – as “queixas vagas”.

Entendemos aqui que os serviços de saúde podem ser essenciais para a superação da violência: identificando os casos; relacionando a violência com os problemas de saúde apresentados; garantindo sigilo; realizando uma escuta qualificada, não julgadora e que não revitimiza as mulheres. Além disso, pode ser essencial na garantia do acesso a informação sobre direitos e aos serviços especializados capazes de atender sua demanda (d'Oliveira et al, 2009).

Observamos que os distritos com maior IDH – Butantã, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Morumbi - correspondem às menores taxas de notificação no SIVVA e de acesso à justiça, ainda que tenham uma DDM e a VVDF, GEVID e defensoria próximas, como foi visto na figura 12.

Dentro da região de estudo, há apenas nove serviços especializados, que se concentram nos distritos de menor vulnerabilidade – maior IDH, menor taxa de processos e menor taxa SIVVA. No extremo sul da região de estudo, temos sete serviços específicos, podendo sugerir que nesses distritos as mulheres conseguem acessar outros mecanismos para o enfrentamento da violência.

Ao olharmos os serviços especializados juntamente com os dados das taxas de acesso à justiça, taxas SIVVA e IDH, podemos acreditar que há a necessidade da implantação de serviços específicos para o atendimento da

mulher em situação de violência exatamente onde há maior vulnerabilidade social.

Como resultado, podemos dizer que, os distritos de Perus, Anahnguera, Raposo Tavares e São Domingos necessitam de um olhar diferenciado e de políticas públicas para a instalação de serviços regionalizados e especializados para lidar com a violência doméstica diante das altas taxas de identificação e notificação de violência nesses distritos, bem como da grande taxa de processos judiciais.

Importante dizer que, ainda que existam nos distritos altas taxas de notificação SIVVA e taxas de processos, nem de longe chegam perto de retratar a real violência sofrida pelas mulheres, pois grande parte da violência sofrida é silenciada pela própria mulher, seja por medo, por vergonha, descrença nas autoridades ou mesmo falta de serviços específicos e acolhedores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da violência contra mulher teve um incremento em sua relevância nos últimos anos. A resposta do Congresso Nacional ao problema, como solução ao anseio social, foi a criação e aprovação da Lei n.º 11.340/2006 (Brasil, 2006), reconhecida como Lei Maria da Penha.

A lei apresentou avanços, como a tipificação e definição do que seria violência doméstica, retirando a possibilidade de penas pecuniárias, bem como aplicação de penas mais severas ao agressor. Posteriormente, observa-se a promulgação da Lei n.º 13.104/15, chamada Lei do Feminicídio, promovendo significativas alterações ao art. 121 do Código Penal, que trata do homicídio de mulheres, coibindo os crimes de ódio e menosprezo à condição de mulher.

Todo esse arcabouço normativo já se configura suficiente, no que tange à repressão meramente legislativa, a coibir e punir infratores de violência contra a mulher, contudo, faltam efetivas políticas públicas para atestar a efetividade dessa legislação (Carasco e Cortez, 2018).

Ao mesmo tempo que esses achados trazem notícias encorajadoras às políticas de contenção à violência doméstica, mostrando que as ações lideradas pela promulgação da LMP estão na direção correta, as diferenças perceptíveis nos padrões de violência locais, assim como a dificuldade de se conseguir diminuições mais substanciais e duradouras na letalidade de mulheres, mostram que há ainda uma longa e cansativa estrada a se trilhar. Por ora, os resultados dessa pesquisa reforçam o ânimo, pois mostram importantes vitórias na luta pelo acesso a direitos em uma sociedade ainda dominada pela ideologia patriarcal, que até outro dia admitia que a mulher fosse morta em legítima defesa da honra. (Cerqueira, 2015)

Como se percebeu no presente trabalho, a violência doméstica ainda é um problema de grande magnitude enfrentado pela mulher, cometida por parceiros, ex-parceiros em sua maioria.

Assim, no que pese o surgimento de investigações científicas acerca da redução da violência pós entrada em vigor desse conjunto de legislações especiais, ainda é necessária “produção de dados nacionais e locais que permitam dimensionar e compreender o fenômeno” (Carasco e Cortez, 2018).

Tal produção sistemática de dados está presente como diretriz nas convenções de direitos humanos internacionais, configurando plano nacional da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (Pasinato, 2018). Ainda em Pasinato (2018), firma-se que os dados pertinentes à violência contra a mulher podem estar subnotificados, resultado da inexistência de diretrizes específica para as compilações dos dados.

No que tange aos dados coletados no presente trabalho, podemos perceber a importância da compilação de dados estatísticos sobre a violência doméstica e, mais do que isso, a importância do fortalecimento do trabalho em rede, bem como a sensibilização/capacitação dos profissionais das diversas áreas que trabalham com o tema e estruturação material e humana dos serviços específicos de atendimento à mulher e também ao agressor.

Pelos achados da pesquisa, é possível perceber a urgência de políticas públicas que garantam a oferta e o acesso a serviços especializados de atendimento da mulher em situação de violência, em especial nos locais de maior vulnerabilidade social.

Tal análise da região segundo os serviços especializados permite realizar uma contraposição entre as estratégias para o fornecimento de assistência e também da justiça com a implantação de mais serviços de atendimento especializados para as mulheres em situação de violência nos locais de maior vulnerabilidade, mais baixo IDH, alto índice de notificações SIVVA e altas taxas de processo e também melhor distribuição dos serviços para que a mulher em situação de violência não tenha que percorrer verdadeira *via crucis*.

Necessário refletir ainda que, conforme outro achado obtido, a maiorias das violências perpetradas ocorrem por meio de parceiro íntimo. Tal dado é consoante a conclusões de demais estudos, inclusive de abrangência nacional:

Os resultados apresentados descrevem um fenômeno muito comum e ainda pouco conhecido: a violência cometida contra mulheres por parceiro íntimos,

evidenciada pela grande magnitude de sua prevalência, gravidade e recorrência. E, ainda, que se recomendem novas análises e estudos, o conhecimento disponível já autoriza a considerar urgente a implantação, supervisão e avaliação de políticas públicas dirigidas especialmente à violência por parceiro íntimo (Schraiber et al, 2007b)

Importante frisar que somente a mulher encontra, ainda que com dificuldade e precariedade na prestação do serviço, uma rede de atendimento.

O agressor é simplesmente desconsiderado como parte do problema, salvo para a justiça.

No que pese ser essencial o atendimento da mulher em situação de violência, assim como das crianças que testemunham toda essa violência, tal medida não é suficiente para prevenir novas violências.

Em verdade, a solução da problemática da violência contra a mulher não está inserida somente no sistema de Justiça, com mais leis, maiores penas, ou mesmo no sistema de saúde/assistência (serviços especializados), mas sim mediante trabalho com o agressor e uma mudança cultural, pois somente assim estaremos lidando com a causa da violência.

Trabalho com agressores ainda é um obstáculo que não foi superado, embora haja previsão legal, são ausentes políticas públicas efetivas que visem o homem que pratica violência, tanto em caráter repressivo como preventivo.

Assim o contexto de rede deveria abordar também a figura do agressor, buscando identificá-lo por meio dos mecanismos de Justiça, mas principalmente mediante a conscientização da vítima quanto à necessidade de inserção do agressor nessa rede, superando assim obstáculos sociais no combate à violência.

A formação de políticas públicas voltadas a abordagens psicossociais com o agressor consiste em ferramenta pouco utilizada nas redes nacionais, em especial naqueles referentes ao município de São Paulo, podendo ser instrumento relevante na prevenção de novas agressões.

Em suma, garantir a existência de mais serviços especializados no atendimento da violência contra a mulher e a melhor distribuição deles nos locais de maior vulnerabilidade social é garantir que a violência venha à tona e a mulher consiga revelar os abusos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais

e negligências sofridas e possa ter seus direitos garantidos e construir o protagonismo de sua vida.

Assegurar que os serviços existentes trabalhem em rede e efetivamente promovam os direitos faz com a mulher em situação de violência não tenha que repetir sua história a diversos órgãos estatais e evita que ela sofra uma nova violência: a institucional.

Também cabe ressaltar a importância de criar serviços de atendimento aos agressores para que possam refletir sobre suas masculinidades e seu papel na cultura existente, deixando de reproduzir modelos patriarcais e dominadores existentes para que seja possível prevenir e erradicar novas violências.

Somente quando esses três eixos: existência de serviços especializados capilarizados, que trabalhem em rede e que haja serviços direcionados ao agressor forem efetivados é que poderemos pensar em uma vida livre de qualquer tipo de violência, tal como preceitua a declaração universal dos direitos do homem, e que todas nós, mulheres, somos merecedoras, independente da idade, cor, classe social, escolaridade ou qualquer outro indicador.

Como limitação desse estudo, ressalto a impossibilidade de generalizar os dados à cidade de São Paulo dada a heterogeneidade e especificidade de cada território. Além disso, as taxas podem variar pela própria variação dos processos por distrito, por vezes com numerosos absolutos baixos – impactando na taxa calculada. Por fim, dado o modelo de estudo transversal, não é possível inferir causalidade nesse estudo.

8 ANEXOS

Anexo 1 Treinamento dos estagiários e pesquisadoras para coleta dos dados dos processos

PARAMETROS PARA A COLETA DE DADOS QUE DEVEM SER ADOTADOS POR TODOS

- 1- Não registrar processos com vítimas menores de 18 anos (na data do fato), independente de qual for o crime.
- 2- No caso de vítima menor, apenas tarjar e anotar em papel separado, mas não registrar.
- 3- Se duas vítimas: uma maior e outra menor registrar os dados da vítima maior (ex: agrediu esposa e filha – registrar apenas a esposa) e indicar nas observações que tem outra vítima e a relação com o agressor.
- 4- No caso de duas vítimas, registrar dos dados daquela que tem maior vínculo com o réu (ex: esposa, mãe). Colocar nas observações que tem outra vítima e a relação com o agressor.
- 5- Estupro de vítima maior será cadastrado.
- 6- Fazer uma anotação em lista separada quando a cor da vítima for preta (independente da cor do réu).
- 7- Registrar todos os processos iniciados até 04/09/2015 (data da denúncia menor ou igual a tal data), mesmo que já tenham sentença (aplicação de pena) no processo.
- 8- CEP é um dado muito importante. Pesquisar no site do Correios e internet.
- 9- Para saber se foi pedido ou não protetiva ler as declarações da vítima. Cuidado, nem sempre o pedido de protetiva está com capa vermelha apensada, às vezes está no próprio inquérito ou está com uma capa sem cor (processos mais antigos), por isso é importante ler as declarações da vítima.
- 10- Se a vítima for casada ou ex-mulher do agressor – colocar em na relação o ícone outros e escrever (marido da vítima ou ex- marido da vítima).
- 11- Nos processos mais antigos não tinha multidisciplinar - colocar que a vítima não veio. Dica: no recebimento da denúncia é marcada data para

a vítima comparecer ao multidisciplinar, se não tiver nenhuma data, significa que ainda não havia sido implantado o procedimento.

- 12-Prisão envolve flagrante e preventiva – se o réu foi preso por qualquer motivo no processo, colocar sim e depois indicar o tipo de prisão nas observações. Caso não conste qualquer informação sobre a prisão do réu no processo colocar a resposta não.
- 13-Nos campos em que a vítima refere violência e registro de boletins anteriores – ler as declarações da vítima em delegacia para preencher corretamente.
- 14-Somente salvar como completo o cadastro que não faltar nenhuma informação (constar todas), se estiver faltando algo (idade, cor da pele, escolaridade) salvar como incompleto, mas indicar o dado que não consta nas observações.

Anexo 2 Fotos do cartório onde os processos físicos são mantidos

Anexo 3 Comunicado nº 284/2015 referente ao cronograma de implantação dos processos digitais - Diário da Justiça Eletrônico 6/3/2015

PODER JUDICIÁRIO DO
Estado de São Paulo

Diário da Justiça Eletrônico

caderno 1
ADMINISTRATIVO

Presidente:
Desembargador
José Renato Nalini

Ano VIII • Edição 1840 • São Paulo, sexta-feira, 6 de março de 2015

www.dje.tjsp.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMUNICADO Nº 283/2015 (Protocolo CPA Nº 2014/22158)

A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM** aos Magistrados, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais Híbridas e Digitais dos seguintes Foros: Central Juizados Especiais Cíveis, Central Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, Nossa Senhora do Ó, Butantã, Santana, Santo Amaro, Jabaquara, Lapa, São Miguel Paulista, Penha de França, Itaquera, Tatuapé, Vila Prudente, Ipiranga, Pinheiros, Barueri, Santana do Parnaíba, Flórida Paulista, Ouroeste, Nazaré Paulista, Batatais, Avaré, Franca, Jaú, Ribeirão Preto, Sertãozinho e Pirangi e as seguintes unidades regionais: DEECRIM Ribeirão Preto, DEECRIM Campinas, DEECRIM Araçatuba, DEECRIM São José dos Campos e DEECRIM Sorocaba, informatizadas com o Sistema SAJPG5, que a funcionalidade da JUNTADA AUTOMÁTICA será disponibilizada a partir de **09 de março de 2015** para os processos exclusivamente digitais.

A funcionalidade abrange todas as *petições diversas* recebidas pelo portal e-SAJ, inclusive as petições pendentes de juntada por ocasião de sua implantação, as quais serão capturadas no sub-fluxo "petição intermediária – ag. cadastramento" pela rotina que automaticamente as cadastra e junta nos respectivos autos digitais, fazendo uma cópia do processo para a fila "Petições Juntadas – Ag. Análise".

A fila "Petições Juntadas – Ag. Análise" contém as atividades necessárias para o trâmite processual, inclusive possibilita a exclusão de cópias dos processos em outras filas.

Os atos ordinatórios emitidos a partir da fila "Petições Juntadas – Ag. Análise", ao serem assinados e liberados, promoverão automaticamente a remoção do processo desta fila.

O sistema não obsta a juntada automática de petições diversas de processos em grau de recurso; identificado interesse para o julgamento de segunda instância, caberá à unidade a comunicação por e-mail da entrada da petição.

As categorias "Incidente Processual" e "Recurso" (embargos infringentes da execução fiscal, agravo em execução e recurso em sentido estrito) não serão atingidos pela juntada automática e por isso continuarão a ser cadastrados e juntados a partir da fila "Petição intermediária – A. Cadastramento".

COMUNICADO Nº 284/2015

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo comunica aos senhores magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, procuradores, advogados, demais profissionais do direito e público em geral, que o cronograma de implantação do mês de abril de 2015, referente ao projeto 100% digital, bem como demais informações relacionadas ao respectivo projeto, encontram-se disponíveis no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/centoporcetodigital.

PROVIMENTO CSM Nº 2.243/2015

O **CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a competência plena dos Foros Distritais, exceto quanto ao Serviço das Execuções Criminais;

CONSIDERANDO as mudanças estruturais promovidas pelo Tribunal de Justiça no Foro Distrital de Hortolândia;

CONSIDERANDO Pedido de Providências nº 0003489-21.2013.2.00.0000, formulado perante o Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o decidido nos autos do processo nº 85/2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Não haverá redistribuição dos processos relativos ao Serviço do Júri, provenientes do Foro Distrital de Hortolândia, atualmente em trâmite na Comarca de Sumaré.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Poder Judiciário

Foro	Unidade	Ciclo	Data Inicio Treinamento*	Data Fim Treinamento*	Data Inicio Peticonamento Eletrônico*	Data Fim Peticonamento Eletrônico*	Data Inicio Implantação Assistida*	Data Fim Implantação Assistida*
Foro de Baurorrema	Juzado Especial Civil e Criminal	CICLO 13.1	06/04/2015	08/04/2015	09/04/2015	09/04/2015	09/04/2015	17/04/2015

Foro	Unidade	Ciclo	Data Inicio Treinamento*	Data Fim Treinamento*	Data Inicio Peticonamento Eletrônico*	Data Fim Peticonamento Assistida*	Data Inicio Implantação Assistida*	Data Fim Implantação Assistida*
Foro de Cândido Mota	Juzado Especial Civil e Criminal	CICLO 15	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro de Capivari	Juzado Especial Civil e Criminal	CICLO 15	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional V - São Miguel Paulista	1ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional V - São Miguel Paulista	2ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional V - São Miguel Paulista	Vara Reg Letez de Viol Dom e Fam Cont Mulher	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional VI - Penha de França	1ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional VI - Penha de França	2ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional VI - Penha de França	Vara Reg Letez de Viol Dom e Fam Cont Mulher	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional VII - Itaquera *****	Vara Criminal e do Juzado Especial Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional VIII - Tatuapé	1ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional XI - Pirineiros	1ª Vara Criminal	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro Regional XV - Butantã	Vara Reg Letez de Viol Dom e Fam Cont Mulher	CICLO 13.2	27/04/2015	29/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro de Santa cruz do Rio Pardo	1ª Vara Civil	CICLO 15.2	27/04/2015	28/04/2015	29/04/2015	29/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro de Santa cruz do Rio Pardo	2ª Vara Civil	CICLO 15.2	27/04/2015	28/04/2015	29/04/2015	29/04/2015	08/05/2015	08/05/2015
Foro de Santa cruz do Rio Pardo	3ª Vara Civil	CICLO 15.2	27/04/2015	28/04/2015	29/04/2015	29/04/2015	08/05/2015	08/05/2015

Última atualização: 06/05/2015
 * Datas planejadas que podem sofrer alterações.
 ** Treinamento: Será realizado por "EAD" - Um analista estará à disposição da unidade cartorária, das 09h00 às 18h00 (monitoria presencial), para orientação/esclarecimento de dúvidas em geral.
 *** Distribuidor: Haverá treinamento ("EAD" - 02 dias) e implantação assistida (03 dias) no mesmo período de implantação da primeira unidade digital do respectivo Foro.
 **** Nova Odessa: Implantação suspensa. Necessário remanejamento do cronograma de implantação.
 ***** Penápolis - Setor de Conciliação: Implantação suspensa, devido ao encerramento das atividades da unidade.
 ***** Campinas - Anexo FAS: Implantação suspensa, devido ao encerramento das atividades da unidade.
 ***** Franca - Anexo UNESP: Implantação suspensa. Necessário remanejamento de cronograma de implantação.
 ***** Campos do Jordão - Juzado Especial Civil e Criminal: Alteração da data de treinamento e peticonamento eletrônico, diante de feriado municipal (29/04)
 ***** Foro Regional VII - Itaquera - Ajustada a nomenclatura da Unidade
 ***** Retificação da data fim - Implantação assistida

Anexo 4 Informações prestadas ao Desembargador Luís Soares de Mello Neto

Poder Judiciário

**Vara da Região Oeste de
Violência Doméstica e
Familiar contra a Mulher**

Foro Regional XV- Butantã

Excelentíssimo Senhor Desembargador

LUÍS SOARES DE MELLO NETO

Eu, **TATIANE MOREIRA LIMA**, juíza de direito auxiliar da Capital, em exercício junto à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da região Oeste – Foro Regional do Butantã, desde de julho de 2012, venho, por meio deste, informar e sugerir o que se segue:

Durante os mais de quatro anos de atuação como magistrada junto à Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da região Oeste de São Paulo percebi que pouco se sabe sobre o perfil da mulher que busca o Poder Judiciário para fazer cessar a situação de violência doméstica vivida.

Muito se trabalha sobre os casos concretos sem, contudo, conhecer as características das destinatárias da prestação jurisdicional.

Em razão da ausência de estudos envolvendo os dados quanto ao perfil da mulher vítima de violência doméstica, bem como de dados estatísticos de onde os fatos ocorreram, não se sabe quem bate às portas do Poder Judiciário e quais são as regiões de maior vulnerabilidade ou mesmo se há algum serviço da rede intersetorial de atendimento próximo desta mulher.

Considerando o panorama acima traçado, estou cursando mestrado junto a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo com o objetivo de pesquisar, os dados contidos nos processos penais que tramitam pela Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste da cidade de São Paulo, a fim identificar o perfil da mulher que busca este juízo e georeferenciar o local dos fatos e os serviços da rede intersetorial à disposição da vítima para fazer uma análise espacial dentro do território de atuação da Vara.

Em razão do objeto de pesquisa relacionar Direito e Medicina se optou pela pesquisa junto à área da saúde, posto que o estudo quantitativo e a análise de dados estatísticos, bem como a análise de dados georeferenciados muito mais se aproxima da área da saúde coletiva, ante a nítida ligação com a área de medicina preventiva.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessária a coleta de diversos dados constantes nos processos. Contudo, ao observar os dados constantes no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), pude perceber que muitas informações não constavam de nosso sistema e precisaram ser coletadas manualmente nos processos, o que muito dificultou o trabalho e em determinadas circunstâncias poderia, inclusive, inviabilizar a pesquisa.

A dificuldade encontrada me fez crer que precisamos extrair mais benefícios do SAJ e aplica-los para além dos interesses do Poder Judiciário, sendo fonte abundante de pesquisa e balizamento para incentivar políticas públicas que beneficiariam toda a sociedade.

Esclareço que tal pesquisa visa atender o estabelecido no artigo 8º, II da Lei 11.340/06 que prevê, dentre as políticas públicas prescreve “a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia,

concernentes às causas, às consequências e a frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados e medidas adotadas”.

Para tanto, encaminho a minuta do projeto de pesquisa junto com o presente.

Ante o exposto, sugiro que sejam cadastrados os seguintes dados dos processos da Vara de Violência Doméstica:

- 1) dados da vítima: idade, estado civil, escolaridade, profissão, cor da pele;
- 2) local dos fatos (com CEP);
- 3) endereço da vítima (com CEP);
- 4) se há medida protetiva vinculada ao processo (com o respectivo número);
- 5) a capitulação do crime, tal qual descrita na denúncia.

Consigno que almejo replicar esse modelo de pesquisa, em sede de doutorado, para todas as Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de São Paulo posto que representa significativa inovação para o Poder Judiciário de São Paulo, uma vez que os dados constantes no banco do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) seriam analisados com enfoque na pesquisa acadêmica estatística e que poderá ser utilizado para a tomada de decisões dos gestores públicos e na elaboração de políticas públicas de atenção integral à mulher.

Permaneço à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários e encaminho as cópias principais.

Aproveito para apresentar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração.

São Paulo, 29 de setembro 2016.

TATIANE MOREIRA LIMA

Juíza de Direito

Ao Excelentíssimo Senhor

Sr. Dr. Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

LUÍS SOARES DE MELO NETO

Anexo 5 Parecer consubstanciado do CEP

USP - FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FMUSP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Perfil e Distribuição Espacial das Mulheres que Buscam a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Região Oeste de São Paulo

Pesquisador: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60740816.8.0000.0065

Instituição Proponente: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.834.754

Apresentação do Projeto:

Projeto de mestrado apresentado pelo Depto de Medicina Preventiva da FMUSP em que se pretende conhecer o perfil e a distribuição espacial das vítimas que procuram a jurisdição da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste da cidade de São Paulo. Serão utilizados dados de processos em andamento obtidos junto ao Sistema de Automação da Justiça do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo principal:

Conhecer o perfil e a distribuição espacial das vítimas que procuram a jurisdição da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região Oeste da cidade de São Paulo. Específicos:

Conhecer a distribuição geográfica das denúncias de crimes de violência contra a mulher na região Oeste da cidade de São Paulo e o perfil sócio demográfico das vítimas.

Georeferenciar os serviços pertencentes à rede intersetorial na região Oeste da cidade de São Paulo capazes de oferecer uma maior proteção à vítima e atender suas demandas, que vão além da

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

USP - FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FMUSP

Continuação do Parecer: 1.834.754

punição do agressor.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco: Os pesquisadores se comprometem a manter sigilo sobre as informações levantadas nos processos.

Benefícios: A análise epidemiológica dos dados pode ser importante para a tomada de decisões dos gestores públicos e na elaboração de políticas de atenção integral à mulher.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto original que tem grande relevância social, bom delineamento do tema, dos objetivos e desenho metodológico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados a aprovação do Depto de Medicina Preventiva, a carta de anuência/autorização do Poder Judiciário.

TCLE: os pesquisadores apresenta o TCLE e não pedem dispensa do mesmo. Entretanto, para este relator não há necessidade de TCLE por se tratar de uso de dados secundários.

Recomendações:

Recomenda-se alterar junto a Plataforma Brasil a necessidade de apresentação do TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações, assim considero o projeto apto a aprovação

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_601708.pdf	06/10/2016 14:00:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento.doc	24/11/2015 18:11:12	Tatiane Moreira Lima	Aceito

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

**USP - FACULDADE DE
MEDICINA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO - FMUSP**

Continuação do Parecer: 1.834.754

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_mestrado.doc	24/11/2015 18:09:31	Tatiane Moreira Lima	Aceito
Outros	TCLE.pdf	24/11/2015 09:52:27	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	24/11/2015 09:45:59	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito
Outros	cadastro.pdf	24/11/2015 09:36:26	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito
Outros	Parecer.pdf	24/11/2015 09:35:30	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	24/11/2015 09:34:20	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 22 de Novembro de 2016

Assinado por:

**Maria Aparecida Azevedo Koike Folgueira
(Coordenador)**

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

9 REFERÊNCIAS

Adorno S, Pasinato W. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas: Rev de estudos de Conflito e Controle Social*. 2010; 3 (7): 51 – 84.

Almeida Filho N, Barreto ML. *Epidemiologia & Saúde: Fundamentos, Métodos, Aplicações*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011.

American Medical Association. *Diagnostic and guidelines on domestic violence*. Chicago; 1992)

Augusto CB. Violência Contra a Mulher e as Práticas Institucionais. *Rev EMERJ*. Rio de Janeiro: 2016; 19(72): 27 – 40.

Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. Estado* (Brasília). 2014; 29(2): 449-69.

Belloque JG. Da Assistência Judiciária – artigos 27 e 28. In: Campos CH, organizadora. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris; 2011.

Belsito B. Relatório Nº 54/01. Caso 12.051 Maria da Penha Maia Fernandes X Brasil [internet], 2016. [Acessado em 24 mai 2017]. Disponível em: <https://brunabelsito.jusbrasil.com.br/artigos/335719178/relatorio-n-54-01-caso-12051-maria-da-penha-maia-fernandes-x-brasil>

Brasil. Leis etc. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código civil de 1916. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm

Brasil. Leis etc. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. [acessado em 2017 fev 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm

Brasil. Leis etc. Decreto legislativo nº26 de 22 de junho de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, bem como revoga o Decreto Legislativo nº 93, de 1983. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-26-22-junho-1994-367297-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. Leis etc. Decreto legislativo nº 107 de 31 de agosto de 1995a. Aprova o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

[acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1995/decretolegislativo-107-31-agosto-1995-364335-publicacaooriginal-1-pl.html>

Brasil. Leis etc. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995b. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm

Brasil. Leis etc. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm

Brasil. Leis etc. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm

Brasil. Leis etc. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília. 2011.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores. Brasília; 2015.

Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres/Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Diretrizes nacionais feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília (DF); 2016. (P2 T2)

Cappelletti M. Acesso à Justiça. Traduzido por Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris; 1988.

Carasco D, Cortez N. Ser mulher no Brasil machuca. [internet, 2018]. [Acesso em: 30 mar 2018]. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/especiais/ser-mulher-no-brasil-machuca/#ser-mulher-no-brasil-machuca>.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Guia de assistência técnica para la producción y el uso de indicadores de género. Santiago: CEPAL/UNIFEM/UNFPA; 2006. (P2, T2, p. 31):DIRETRIZES NACIONAIS FEMINICÍDIO -CEPAL, 226, P. 225)

CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação. Violência Contra a Mulher e Acesso à Justiça: estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório final. Rio de Janeiro: Cepia/Ford; 2013.

Cepia. Violência contra as mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência. Rio de Janeiro: 2016.

Cerqueira D, Matos MVM, Martins APA, Pinto Junior J. Avaliando a afetividade da Lei Maria Da Penha. Brasília: IPEA; 2015.

Cerqueira D, organizador. Atlas da Violência. IPEA. Rio de Janeiro; 2018. [Acessado em 18 ago 2018]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf

Compromisso e atitude Lei Maria da Penha. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres [internet]. 2 Ago 2012. [Acessado em 18 ago 2018]. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>

Convenção Interamericana Para Prevenir,Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher, Belém, Brasil, 1994. [acessado em 2017 fev. 10]. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>

Cunha RS. Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 2014.

D'Oliveira AFPL, Schraiber LB. *Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção*. Rev. Med (São Paulo). 2013; 92(2): 134-40.

Davis NZ. Women's History in Transition: The European Case. Feminist Studies. 1976; 3 (3/4): . 83-103.

Dias MB. *Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2015.

Dinamarco CR. A Reforma do código de processo civil, 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores; 1996.

d'Oliveira AFPL, Schraiber LB, HanadaH, Durand J. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2009;14(4): 1037-50.

Garcia LP, Duarte EC, Freitas LRS, Silva GDM. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cad. Saúde Pública*. 2016; 32(4): 11p.

Garcia-Moreno, C et al. Prevalence of Intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet*. 2006; 368: 1260-1269

Heise L, Pitnaguy J, Germain A. Violence against women: the hidden health burden. Washington: The international Bank for Reconstruction and Development/The World Bank; 1994.

Instituto Avon/Data Popular. Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher [internet] 2013. [Acesso em 31 maio 2017] Disponível em: <http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf>

Izumino WP. Justiça e Violência contra a Mulher: O Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero. São Paulo: Annablume/ FAPESP; 1998.

Kind L, Orsini MLP; Nepomuceno V. et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. *Cad. Saúde Pública*. 2013; 29(9):1805-1815.

Kiss L, d'OliveiraAFPL, Zimmerman C, Heise L, Schraiber LB, Watts C. Brazilian policy responses to violence against women: government strategy and the help-seeking behaviors of women who experience violence. *Health HumRights*. 2012; 14(1): 64-77.

Kiss LB, Schraiber LB, d'Oliveira AFPL. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface (Botucatu)*. 2007; 11(23): 485-501.

Maia e Silva MC, Brito AM, Araújo AL, Abath MB. Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*. 2013; 22(3):403-412.

Mendes G, Silva L, Souza MF. O que está por trás da palavra gênero? In: Viza BH, Sartori MC, Zanello V, coordenadores. *Maria da Penha vai à escola : educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDF; 2017. (P2, T19,).

Meneghel SN. Vial SEM. Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências. Athenea Digital. 2008; 14: 199-214.

Meneghel SN, Bairos F, Mueller B et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública. 2011; 27(4): 743-752.

Merhy EE. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B.; PERES, M. A. A. (Org.). Acolher Chapecó. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. São Paulo: Editora Hucitec, 2004; v. 1: 21-45.

Nesralah LJ. Correção de fístulas vesico-vaginais pela técnica de bipartição vesical. Urologia [periódico online].1998 [citado dez 1998];5(4):[3 telas]. Disponível em: <http://www.epm.br/cirurgia/uronline/ed0798/fistulas.htm>.

Ngozi Adichie C. Sejamos todos feministas. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.

OPAS - Organización Panamericana de la Salud. Violência contra la mujer: um tema de salud prioritário. Washington (DC): Division de Salud y Familiar y Reproductiva; Division de Salud y Desarrollo Humano; 1998.

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde – Sistemas de informação geográfica em saúde: conceitos básicos. 2000;14.

Paixão GPN, Gomes NP, Diniz NMF, Couto TM, Vianna LAC, Santos SMP. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. Texto Contexto Enferm. (Florianópolis). 2014; 23(4): 1041-9.

Pasinato W. Lei Maria da Penha: Novas abordagens sobre velhas propostas - Onde avançamos? Civitas - Revista de Ciências Sociais. 2010; 10 (2): 216-232.

Pasinato W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. Revista Direito GV. 2015; 11 (2): 407-428.

Pasinato W, Garcia IS, Vinuto J, Soares JE. Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência. In: Ministério da Justiça. Publicações Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública. Brasília; 2016: 233 – 265

Pasinato W. A violência contra mulheres e a pouca produção de informações. Jornal da USP, 2018. [Acesso em 30 mar 2018]. Disponível em: <http://jornal.usp.br/artigos/a-violencia-contra-as-mulheres-e-a-pouca-producao-de-informacoes/>

Pereira S. Justiça e Cuidado: a Lei Maria da Penha na voz das mulheres [monografia]. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP; 2015.

Piscitelli A. Re-criando a (categoria) mulher?. In: Algranti, LM, organizadora. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp; 2002, p. 7-42.

Porto JRR, Luz AMH. Matrizes da violência contra a mulher: conhecendo o fenômeno. *Rev. Gaúcha Enferm* (Porto Alegre). 2004; 25(2): 207-18.

Pougy LG. Desafios Políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Rev Katál. Florianópolis*: 2010; 13(1): 76-85.

Prefeitura de São Paulo. Sistema de Informacoes para Vigilancia de Violencias e Acidentes: notificação de violências e acidentes no município de São Paulo [internet 2009]. [Acessado em 9 jul 2018]. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/doencas_e_agr_avos/violencias_e_acidentes/index.php?p=12819.

Brandão ER. Renunciando de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. 2006; 16(2): 207-231.

Saffioti HIB. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: Bruschini C, Costa AO. Uma questão de Gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; 1992, p. 189.

Saffioti HIB. Violência de Gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*. 1997; 2: 59-79.

Saffioti HIB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. 2001; 16: 115-136.

Saffioti HIB. Gênero patriarcado violência. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo; 2015.

Santana AFP. Lei Maria da Penha: ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação nos casos de lesões corporais [internet]. *Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC*, 13 Nov 2008. [Acessado em 31 mai 2017] Disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-penal/1643-lei-maria-da-penha-acao-penal-publica-incondicionada-ou-condicionada-a-representacao-nos-casos-de-lesoes-corporais>

Santos CM, Izumino WP. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. 2005; 16 (1): 147-164. (P2, T4).

São Paulo (Estado). Resolução SSP-2, de 12-1-2017, Institui o “Protocolo Único de Atendimento”, a ser observado nas ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 13 de Janeiro de 2017, Caderno 1, Página 13 da Executiva [internet]. [Acessado em 27 mai 2017] Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/134347645/dosp-executivo-caderno-1-13-01-2017-pg-13>.

São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Linha de Cuidado para Atenção Integral à Pessoa em Situação de Violência. São Paulo: 2015.

Scarance Fernandes VD. *Lei Maria da Penha: o processo penal do caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Feminicídio)*. São Paulo: Atlas; 2015.

Schraiber LB, D'Oliveira AFPL, Couto MT, Hanada H, Kiss LB, Durand JG et al. *Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo*. *Rev. Saúde Pública*. 2007a; 41(3): 359-367.

Schraiber LB, D'Oliveira AFPL, França-Junior I ET al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev Saúde Pública*. 2007b; 41(5):797-807

Schraiber, LB. D'Oliveira, AFPL. Hanada, H. Kiss, Ligia. Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial. *Athenea Digital*. 2012; 12 (3): 237-254.

Scott J. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press; 1989. (P2 T3)

Seade. Censo IBGE 2010. [Acessado em 20 jun 2018]. Disponível em: produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/

Teles MAA, Melo M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense; 2003.

Terra MF, d'Oliveira AFPL, Schraiber LB. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea digital*. 2015; 15(3): 109-25.

Villela WV, Vianna LAC, Lima LFP, Sala DCP, Vieira TF, Vieira ML, Oliveira EM. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. *Saude Soc.* (São Paulo). 2011; 20(1): 113-23.

Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. Instituto Sangari; 2011. [Acessado em 18 Ago 2018]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil. IPEA; 2014. [Acessado em 10 fev 2017]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_AtualizacaoHomicidios.pdf

Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. IPEA; 2015. [Acessado em 10 Fev 2017]. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf